



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

# **Instabilidade Política e o Desenvolvimento Econômico RD Congo (1990 – 2017)**

JUSTIN KALEMBE KIKONGO  
Matrícula nº: 110025883

ORIENTADOR: Prof. Antonio Luis Licha

SETEMBRO 2017

***As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.***

## AGRADECIMENTOS

À Deus todo poderos pela sua grandeza e poderosa mão de ter me ajudado a chegar até aqui.

À minha mãe Gremaine majia kikongo e in memória ao meu pai Guyaume kazingufu, à irmãs Annette, Yvonne, Miriam, meus irmãos Emmanuel in memória e Joseph pelo incentivo e apoio incondicional.

À minha amada esposa Alana Regina e meu príncipe filho Lucas cujo venha minha força de viver.

Aos meus avós Henriette Mutshumbua komba kikongo, Emmanuel komba pelo carinho e pela confiança. Minhas Tias Henriette kikongo e tio Vincent Wesh, tia Any kapinga.

À minha sogra querida Regina Celia e sogro Sebastião, cunhadas Aline e Fernanda.

Ao meu orientador, professor Antonio Luis Licha, pelo empenho dedicado à elaboração desse trabalho.

Ao Pe Niraldo e toda comunidade da paróquia Cristo Rei pela acolhimentos, carinho, confiança e consideração.

Aos meus irmãos e irmãs da Banda Estralas de Adoração, choral Voz de Rei, choral Muinda mwa nsai, BYM e grupo kizito e Anuarite.

À minha irmã e amiga Ana Paula Nogueira e Luciano esposo pela grande ajuda na gramática portuguesa pela realização desse trabalho.

Aos meus colega da Faculdade Laura Porto, Laura Ogando, Bernardo Monteiro e Cleiso Lacerda pela ajuda técnica e conselho.

Aos meus amigos do país Linden Kinko, Marthely velela e Rodrigo Totolo pelo apoio.

Aos meus amigos Brasileiros Maria José, Mauro cesa, Flavio lopez, Selma Lisboa e Ilma, Roberta e Antonio Vinagre, Paulo Jorge e Jorgenete, Silva e Fernanda Santos, Marcia e Marilza.

Aos meus professores da Instituto de Economia especialmente Silvia Possas, João Saboia, Ana Lucia, Darcy da secretaria de graduação, Flavia e Paulo da diretoria de graduação.

Ao Decania CCJE pela oportunidade de estágio, Professores Mariza Russo, Antonio, Victor; Davi, Claudia, Natalia, Candida, Edimilson e meus colegas do estágio.

Aos meus amigos do Instituto de Economia por me acompanharem cotidianamente durante esses últimos anos.

Ao Brasil e a UFRJ por ter me escolhido a cursar e aprender muito academicamente.

## **Resumo**

Este trabalho visa analisar a instabilidade política e o desenvolvimento econômico da República Democrática do Congo no período compreendido entre 1990 e 2017. Com os fatos notáveis sobre conflito para uma situação pós-conflito e de lá para um país de instituições legítimas de eleições livres, democráticas e transparentes. E as recentes situações econômicas.

Certamente a maneira pela qual apresentamos os fatos contidos neste trabalho deve despertar o olhar do leitor. A análise detalhada da governança administrativa, política e econômica ao longo desses 27 anos, proporciona uma melhor compreensão do contexto e das situações frágeis enfrentadas pela República Democrática do Congo. Sem sucumbir a qualquer forma de complacência em relação ao Governo, destacam-se as falhas e os sucessos na frente do desenvolvimento. Neste sentido, este trabalho faz também um convite a uma verdadeira revolução das mentalidades por parte não só dos governantes, mas da população em geral recomendando fortemente a todos os interessados no desenvolvimento, especialmente os decisores políticos do país e seus parceiros.

## Résumé

L'objectif de ce travail est d'analyser l'instabilité politique et le développement économique de la République Démocratique du Congo de 1990 à 2017. Avec les faits remarquables sur le conflit pour une situation post-conflit et de là à un pays d'institutions légitimes d'élections libres, démocratiques et transparentes, et, les situations économiques récentes.

Certes, la manière dont nous présentons les faits contenus dans cette œuvre devrait réveiller le regard du lecteur. L'analyse détaillée de la gouvernance administrative, politique et économique au cours de ces 27 ans permet de mieux comprendre le contexte et les situations fragiles auxquelles est confrontée la République démocratique du Congo. Sans succomber à toute forme de complaisance envers le gouvernement, les échecs et les succès devant le développement se démarquent. Dans ce sens, ce travail appelle également une véritable révolution dans les mentalités non seulement des dirigeants, mais aussi de la population en général recommandant vivement à tous les acteurs du développement, en particulier les décideurs politiques du pays et leurs partenaires.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIações**

ATMs - Automated Teller Machine, (Caixa eletrônico)

BCC – Banco Central do Congo

CDF – Franco congolês

CILU – Cimenterie de Lukala

CINAT - Cimenterie nationale

CENCO – Conferência Episcopal Nacional Congoleza

CENI – Comissão Eleitoral nacional Independente

CPI – Curte penal internacional

DRC – Democrática República do Congo

DSCRIP – Documento Estratégica para o crescimento e redução de Pobreza

EIU - Economist Intelligence Unit

EXIM Bank of China - (Export Import Bank of China).

FMI – Funds Monetária Internacional

FIB – Federação das Indústrias da Madeira

FMI – Fundo Monetário Internacional

FDI - Investimento estrangeiro direto ou Foreign Direct Investment

FDLR – Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda

FCE – Facilidade de Crédito Estendida

GÉCAMINES - Générale des Carrières et des Mines

GSM – Global System for Mobile

G7 – Plata forma política composto de sete partidos políticos a saber: (MSR, ARC, Unafec, Unadef, ADP, PDC e ACO)

HIPC (PPAE)- Países Pobres Altamente Endividados

IED - Investimento Estrangeiro Direito

INEAR - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Agrárias

ITIE – Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas

IMF - International Monetary Fund

KCC – Kamoto Copper Company

MIBA – Minière de Bakwanga

MDRI – Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral

7MONUC - UN mission in DRC

MLC – Movement of the Liberation of Congo

ONU – Organização das nações Unidas

OHADA – Organização Africana de Harmonização do Direito Empresarial

PIB – Produto Interno Bruto

PMURR – Programa multisetorial urgente para a reabilitação e reconstrução

PMEs - pequenas e médias empresas

PTF – Produtividade Total dos Fatores

PPP – Parceria público-privada

UDPS – União para a Democracia e o Progresso Social

UNC – União para a Nação Congoleza

UFC – A União das Forças para a Mudança

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I – ANÁLISE POLÍTICA E ECONÔMICA CONGOLESA .....</b>	<b>13</b>
I.1 – História Política e Social.....	13
I.2 – Estudo Econômico Recente .....	21
<b>CAPÍTULO II – POLÍTICA MACROECONÔMICA E RESTRICÇÕES .....</b>	<b>29</b>
II.1 – Política macroeconômica e reformas estruturais .....	29
II.2 – Crescimento recente perspectiva futuro.....	40
<b>CAPÍTULO III – RDC E A MÁ GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS .....</b>	<b>62</b>
III.1 – Riqueza Natural, Economia e Recursos Recentes.....	62
III.2 – Utilização Recentes de Mineração para gerar Crescimento.....	65
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>78</b>



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: PIB per capita por Habitante(U\$) .....	19
Gráfico 2: PIB per capita por Habitante (%).....	19
Gráfico 3: Crescimento agrícola .....	23
Gráfico 4: Investimento Público (% gasto do governo).....	25
Gráfico 5: Evolução da Inflação, Crescimento real do PIB e PIB per capita.....	34
Gráfico 6: Saldo Orçamentário e Conta corrente.....	35
Gráfico 7: variação da Taxa de Câmbio.....	37
Gráfico 8: Congo – Exportações .....	37
Gráfico 9: Congo – Importações .....	38
Gráfico10: Crescimento do PIB .....	41

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores Macroeconômicos .....	41
---	----

## INTRODUÇÃO

A reconstrução do Estado é um elemento crítico da agenda de desenvolvimento da República Democrática do Congo. Sem um Estado minimamente funcional, é difícil prever como o país pode melhorar a infraestrutura, garantir investimentos efetivos em capital humano e negociar contratos com empresas globais envolvidas em mineração, silvicultura e exploração de petróleo.

Muitos dos problemas de desenvolvimento da República Democrática do Congo são uma consequência da ausência de um Estado de funcionamento, ou seja, estado na constituição dos arranjos institucionais e as estruturas de governança, necessários ao bom funcionamento da economia, reduzindo conflitos e promovendo a cooperação de forma a diminuir os custos de transação. Douglass North, John Joseph Wallis e Barry R. Weingast (2009) entendem por estado natural uma coalizão política entre as elites dominantes que tenta controlar o uso da força com a distribuição de privilégios entre elas e somente para elas. Em sua avaliação da economia política, argumentam que isso em si mesmo é resultado das percepções da elite política da República Democrática do Congo, que considera ser uma ameaça à sua sobrevivência política, em vez de um bem em tentativas de garantir o desenvolvimento econômico e social do país. Esta pode aumentar a controvérsia como se argumenta, que a mesma elite investiu muito capital político na consolidação da estabilidade do Oriente. No entanto, ilustra a natureza do debate sobre a construção do estado na República Democrática do Congo, até mesmo a vontade política de construir um estado efetivo.

Assim, independentemente do fato de a República Democrática do Congo ter historicamente visto tentativas dos governantes de definir e implementar uma agenda de desenvolvimento (Joseph-Désiré Mobutu no início da década de 1970, Joseph Kabila no contexto do programa "cinq chantiers" ou seja "cinco canteiros") a implementação dessas agendas tinham tempo e caíram por falta de preocupações subjacentes com segurança e sobrevivência do regime (Keefer, 2010).

Isso também explica a percepção generalizada de que, independentemente do suporte externo significativo e dos objetivos declarados, foram feitos progressos limitados no restabelecimento das estruturas estatais. Isso tem resultados visíveis em termos de níveis de segurança ainda inadequados, progresso limitado no desenvolvimento de infraestrutura e o sistema do serviço público ruim. Pior ainda para a população da República Democrática do Congo com os estados fracos, oferecem amplas oportunidades para aqueles que desejam explorar as riquezas naturais do país para seu próprio benefício. Esta é uma das razões pelas quais o país só recebe uma fração da receita da exploração dos recursos naturais (Banco Mundial 2009).

O que deve ser feito de forma diferente, tanto pelo governo quanto pelos seus parceiros, para trazer melhores resultados na construção dos estados, melhorando a situação política e social, e formar um sistema econômico mais seguro? Esta é uma das questões importantes a serem abordadas neste trabalho.

Analizamos os vários esforços que foram feitos nos últimos 27 anos para criar as instituições estatais com bom funcionamento. Inicialmente entre 1990 e 2001, mais recentemente na legislatura e no judiciário (2001-2010) passando pela criação de uma nova unidade monetária “Franco Congolês” (1998). Nos últimos anos, desde a entrada em vigor da Constituição de 2006, foi adicionada uma nova dimensão, que é a criação de instituições subnacionais eleitas. Segundo North (1993) e Chang (2003) o papel das instituições no desenvolvimento econômico é de criar instituições fortes, bem como solucionar os problemas colocados por um baixo nível de coerência de elite e falta de construção de coalizões e a incapacidade dos cidadãos de exigirem a responsabilidade.

O período de 1997 a 2010 foi marcado pelo início das tentativas de pluralizar o sistema político após mais de 20 anos de regime autocrático do partido único. Assim, o período de 2003 a 2006 apresenta o quadro de referência adequado para o período pós-eleitoral (2007-2017) que utilizou o quadro institucional da Constituição de 2006.

A principal questão colocada aqui é se os arranjos institucionais atuais e a forma como eles estão sendo utilizados são adequados em termos de mitigar os riscos de concentração de poder (colocando em questão os princípios compartilhamento de poder em que o acordo de paz de 2003 baseou-se) e ao mesmo tempo, criam processos de formulação de políticas eficazes e rápidas, facilitando a gestão de uma agenda de reformas complexas e estimulam o crescimento compartilhado a longo prazo. A este respeito, a capacidade da RDC de estabelecer um clima de investimento em funcionamento e desenvolver o capital humano necessário para criar uma economia competitiva é particularmente importante para a definição do futuro econômico do país.

O presente trabalho abordará portanto, a instabilidade política e o desenvolvimento econômico da República Democrática do Congo desde 1990 ao período atual 2017. No primeiro capítulo faremos uma análise política e econômica congoleza em que se revisa brevemente o período pré-conflito (1990-1997) e uma análise social em termos das mudanças institucionais, constituindo as primeiras tentativas de criar um sistema pluralista de governança. Tentativas que finalmente se romperam à medida que a RDC chegou em 1997. Também mostrará as consequências restantes de algumas das características do sistema institucional que marcaram esse período específico. Seguindo isso, analisaremos os padrões institucionais no período de 2002 a 2017, divididos em períodos distintos abordando situações econômicas recentes. No segundo capítulo examinaremos a Política macroeconômica e estrutural da RDC. No terceiro capítulo apresentamos a RDC e a má gestão dos recursos naturais, avaliando no caso do país se há o efeito da Doença Holandesa. Por fim, são apresentadas as conclusões.

# **Capítulo I - Análise Política e Econômica da República Democrática do Congo**

## **Introdução**

A insegurança e os conflitos impulsionaram a economia da RDC em setores de subsistência e informal contribuindo também para diminuir a confiança dos investidores. O saque de 1991 e 1993 infligiu graves danos ao setor manufatureiro e à rede de infraestruturas que ainda prevalecem até hoje. A revisão das políticas macroeconômicas e das reformas estruturais na última década revelou uma tendência preocupante. Um ciclo de deslizamento fiscal, monetização do déficit, inflação e depreciação monetária foram temas recorrentes no período que antecedeu a retomada do processo de paz em 2001, nas eleições de 2006 e na crise financeira em 2008. Apesar do seu início promissor o programa de reforma conforme descrito em 2001, continua tão importante hoje como era na época. O novo impulso na sequência da implementação de reformas estruturais em 2010 foi encorajador e os bilhões de dólares de alívio da dívida proporcionaram ao país uma oportunidade única de impulsionar o investimento para o desenvolvimento. No entanto o risco de recaída permanece enquanto o país se prepara para as próximas eleições e as tensões de segurança persistem.

## **I.1 – História Política e Social**

O tamanho, recursos e localização geográfica da República Democrática do Congo (RDC) tem um impacto sobre toda a África Central. A RDC tem recursos minerais inexplorados, um enorme potencial agrícola e uma população de quase 82.242 685 milhões. Segundo maior país da África subsariana, a RDC é cercada por nove países da África Central e mantém relações econômicas, migração e política complexa com cada um deles. O desenvolvimento da RDC tem um impacto significativo no crescimento econômico e estabilidade política do continente.

A RDC tem um passado colonial e pós-colonial turbulento. A independência em junho de 1960 foi seguida pela declaração de independência das províncias Kasai e Katanga.

O primeiro-ministro Patrice Lumumba (eleito pela primeira vez) pediu o apoio da União Soviética. Depois de apenas 10 semanas no poder Lumumba foi derrubado por um golpe, deportado e assassinado em Katanga. General Mobutu Sese Seko ameniza o movimento de independência nas duas províncias com o apoio de tropas estrangeiras e assumiu oficialmente o país em 1965. Desde o início de seu reinado autocrático, Mobutu nacionalizou os recursos minerais e criou empresas estatais que exerceram um monopólio sobre concessões de mineração.

Em 1970, Mobutu lançou um plano de desenvolvimento de dez anos (Meta 80) para transformar a RDC num país industrializado, financiado pelo endividamento interno e externo. A "Zairianização", campanha de indigenização, e a nacionalização da economia rapidamente foram seguidas.

A comunidade internacional tem um compromisso de longa data na RDC. Durante a guerra fria a RDC foi apoiada pelos países ocidentais, apesar de suas políticas econômicas insatisfatórias e não respeito dos direitos humanos. Pós-guerra fria o interesse da comunidade internacional diminuiu, mas ressurgiu no início de 2000. Durante a última década, a comunidade internacional tem investido recursos consideráveis para estabilizar o país através de esforços na manutenção da paz internacional, em particular. O aumento dos preços das commodities também despertou interesse nos recursos naturais inexplorados da RDC.

O país ainda está sofrendo com impacto de uma grande guerra na década de 1990. Esta guerra teve duas fases, uma em 1996-1997 e outra de 1998-2002. Um período de relativa prosperidade nos anos 1965-1970 foi baseado em exportações de cobre e outras *commodities*, que eram impossíveis de manter quando os preços do cobre entrou em colapso em meados dos anos 1970. A falta de investimento em mineração arruinou suas instituições potenciais e privadas, bem como do público que eram fracas demais para absorver o impacto do preço das matérias primas. A política em seguida tornou-se insustentável. O país rapidamente entrou em guerra, os soldados não pagos contribuíram para a devastação da capital Kinshasa nos anos 1991-1993.

O regime Mobutu foi enfraquecido por várias disputas internas, com as crescentes críticas da comunidade internacional e as violações dos direitos humanos, incluindo o massacre de cristãos em 16 de fevereiro de 1992 em Kinshasa. Saques ocorreram em Kinshasa em setembro de 1991 e estendeu-se por todo o país.

As empresas foram saqueadas e milhares de congoleses em Kinshasa ficaram desempregados. Esse aumento da pressão interna levou Mobutu a proclamar a Terceira República e promulgar uma mudança na Constituição que deveria abrir o caminho para a democratização do país.

É neste contexto foi organizado a Conferência Nacional Soberana, incluindo cerca de 2.000 participantes, representando centenas de partidos políticos com base na etnia. É neste contexto que nasceu o conceito de sociedade civil que seria considerado, comprometendo-se como um partido político que não teria só acordo com o Ministério do Interior.

As hostilidades em países vizinhos situados no leste da RDC estenderam-se para o território congolês. Em 1997 Mobutu perdeu o poder e Kabila tornou-se o novo líder do país que foi renomeado como República Democrática do Congo. O golpe foi seguido por uma guerra, muitas vezes chamada de Primeira Guerra Mundial Africana, que poderia ter causado a perda de 5 milhões de vidas. A renda per capita em 1997 era menor que um terço do seu nível em 1970. Laurent Kabila foi assassinado em 2001 e seu filho Joseph Kabila, sucedeu-o à frente do país. A assinatura do Acordo de Paz Global e Inclusivo em 2002 levou a uma recuperação gradual da paz. Em 2006, as primeiras eleições multipartidárias e democráticas foram realizadas e Joseph Kabila foi eleito presidente. Após a assinatura do acordo de paz, o número de mortes na luta caiu acentuadamente, de 50.000 mortes em 1998 para menos de 500 mortes em 2008.

Os conflitos armados que ainda persistem na parte oriental do país são cada vez mais concentrados nas províncias de Kivu. Estes conflitos continuaram em períodos de intensidade variável; eles são baseados em interesses dos concorrentes, não só para o controle de recursos minerais, mas também sobre outras questões, tais como a propriedade da terra e da cidadania de pessoas.

Os esforços do governo para impor o Estado de direito e proteger as províncias orientais se opunham por membros influentes do exército nacional. Vários grupos de rebeldes extorquiam populações locais, o tráfego comercial e acima de tudo a mineração. As medidas tomadas para aumentar a segurança no Oriente incluem uma reconciliação com Ruanda no final de 2008, a realização de operações RDC – Ruanda conjuntas contraforças rebeldes (Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda ou FDLR), integração do congresso nacional para a defesa do povo (CNDP um grupo rebelde congolês) no exército nacional em Março de 2009 e a promulgação de uma proibição de mineração nas zonas de conflito. No entanto, o FDLR ainda controla quase 30% da mineração ilegal em Kivu do Sul. **(ver anexo alguns eventos históricos)**

O último registro da população foi realizado em 1984 e não há dados precisos sobre o tamanho da população da RDC. Isto não só complica a política econômica, mas também a realização de funções centrais do Estado, tais como a organização de eleições. Estimativas sobre as atividades econômicas variam muito.

As últimas eleições presidenciais e legislativas foram realizadas em 28 de novembro de 2011 em um clima tenso marcado por vários incidentes, dificuldades logísticas e irregularidades identificadas pela missão de observação Europeia e do Centro Cárter. A oposição encontrava-se perdida e desunida com as candidaturas nitidamente de Etienne Tshisekedi (UDPS), Vital Kamerhe (UNC), Kengo Wa Dondo (UFC). Preso em 2008, após seu indiciamento pelo Tribunal Penal Internacional e detido desde então em Haia, Jean-Pierre Bemba (MLC) não participou da votação, a CPI considerou-o culpado de crimes contra a humanidade e crimes de guerra, condenado em 21 de junho de 2016 a 18 anos de prisão.

De acordo com os resultados anunciados pelo Supremo Tribunal de Justiça, o Presidente Kabila recebeu 49% dos votos, Etienne Tshisekedi e Kamerhe Vital 32% e 7% respectivamente. Presidente Kabila foi empossado em 20 de dezembro de 2011. As eleições foram ganhas por partidos próximos ao presidente Kabila. A oposição tendo como partido principal o UDPS, no entanto não conseguiu mais de cem assentos dos quinhentos que compõem no Parlamento.



Diante da deterioração da segurança no leste, o Presidente Kabila convoca em setembro de 2013 “consultas nacionais” abertas a diferentes forças políticas, após a qual o governo liderado desde abril de 2012 por Augustin Matata Ponyo apresentou a sua resignação. Um novo governo de “unidade nacional” foi formado em 07 de dezembro de 2014 e revisto em outubro de 2015, também liderado por Augustin Matata Ponyo.

Nos termos da Constituição o Presidente Kabila não podia suportar após o término do seu mandato, em dezembro de 2016. Em 11 de maio de 2016, o tribunal constitucional congolês permitiu J. Kabila permanecer no local até que as eleições fossem organizadas. Em maio de 2016 o ex-governador de Katanga Moïse Katumbi, que tinha acabado de anunciar sua candidatura para a eleição presidencial e para unir um grande grupo de partidos dissidentes da maioria presidencial (o “G7”) foi processado e foi autorizado a deixar o país.

A falha do prazo constitucional de 19 de setembro 2016 para a convocação da eleição presidencial levou a manifestações em 19 e 20 de setembro de 2016, o que resultou em cerca de cinquenta mortos. Incidentes também ocorreram em 20 e 21 de dezembro segundo o prazo estabelecido pela Constituição para o fim do mandato do Presidente Joseph Kabila, causou de acordo da ONU quarenta mortes e mais de uma centena de feridos. A mediação da Conferência Episcopal Nacional Congolês (CENCO), que começou em 8 de dezembro, ajudou a encontrar em 31 de dezembro um acordo político entre o governo e a oposição, que incluiu medidas de flexibilização da política, a realização de eleições no máximo até dezembro 2017 e confiando a oposição a cadeira da presidência de um Conselho nacional do acordo para monitorar também o posto de primeiro-ministro.

As discussões estão continuando entre os atores políticos sob a égide da CENCO sobre as modalidades de aplicação do acordo. Etienne Tshisekedi, o líder histórico da oposição, morreu no dia 1 de fevereiro de 2017 em Bruxelas com a idade de 84 anos.

Todos os olhares estão voltados para as eleições presidenciais 2017 na República Democrática do Congo (RDC). A eleição de dezembro negociada após o adiamento da de 2016, pode ser adiada novamente. Segundo a Comissão Eleitoral congolês (CENI), foram observadas dificuldades nas últimas semanas na organização das eleições.

Se as inscrições de eleitores forem bem-sucedidas, com 22,3 milhões já registrados de 45 milhões, informando sobre a insegurança que persiste no Kasai e do “custo extremamente elevado” das eleições.

Duas preocupações que levantam temores da oposição, de um novo “deslizamento” do calendário eleitoral que permitiria que o presidente Joseph Kabila permanecer no poder uma vez que seu último mandato finalmente chegou ao fim de Dezembro de 2016. Os opositores acusam o Chefe de Estado, maioria presidencial e a CENI de adiar voluntariamente as eleições “em ordem” de Joseph Kabila. O que nos resta é saber se haverá ou não as eleições segundo o acordo de Santo Sylvestre assinado em 31 de dezembro de 2016.

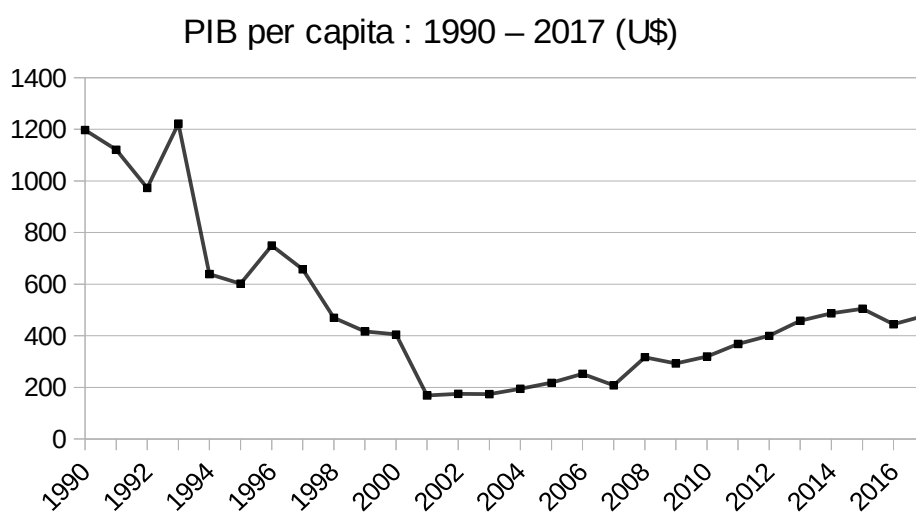
A infraestrutura entrou em colapso, e hoje apenas quatro capitais provinciais são acessíveis por estrada a partir de Kinshasa. Quatro anos depois, o país está ainda mais desestabilizado e sofreu duas guerras que mataram milhões de pessoas ao longo de um período de seis anos.

O final da segunda guerra em 2002 coincidiu com uma recuperação dos preços minerais nos mercados internacionais. Minas que foram fechadas como resultado da nacionalização e guerra foram reabertas pelas parcerias privadas e com parceiros internacionais. O aumento da produção mineira levou ao aumento da demanda por serviços de transporte e de segurança, e financiamento de projetos comerciais e de construção. No entanto, os gargalos na infraestrutura, que não progrediram, e os passivos sociais paralisaram as reformas do governo. O crescimento dos setores agrícola e informais foi inicialmente moderado, mas retomou depois de 2006 nas províncias onde a paz e a segurança melhoraram.

A pobreza continua generalizada. Indicadores de pobreza continuam altos, em comparação aos padrões regionais: taxas de mortalidade infantil para crianças menores de cinco anos são cerca de 15%, menos de um quarto da população tem acesso à água limpa e menos de um décimo da população tem acesso a eletricidade. No entanto, os indicadores mostram que os resultados da pobreza têm melhorado nos últimos anos.

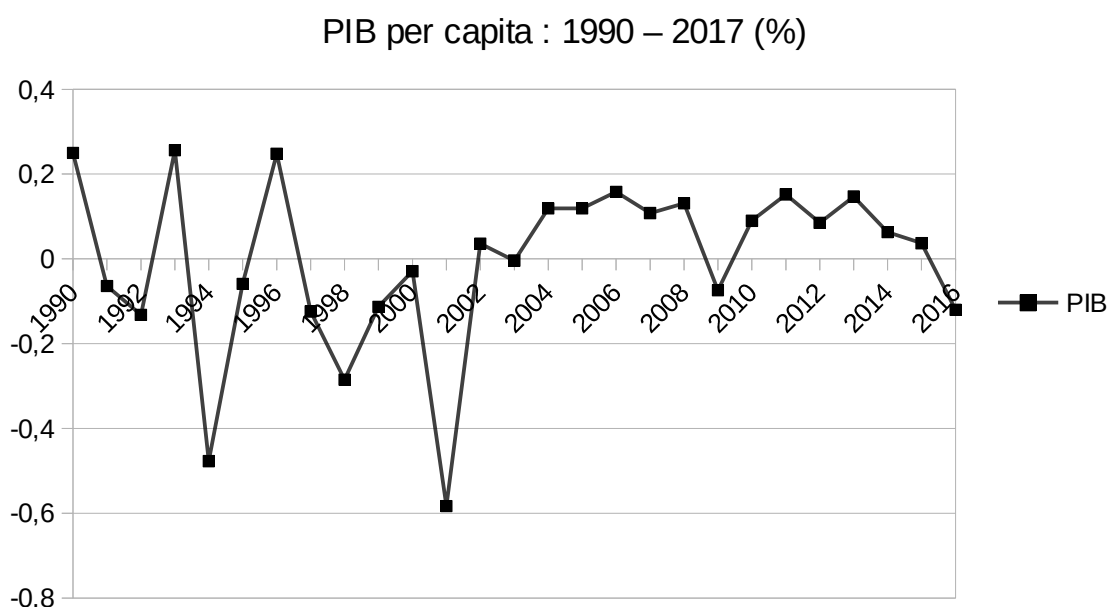
A mortalidade materna após o parto diminuiu em mais de 1% de natos vivos em 2001 para menos de 1% em 2008. A taxa de inscrição nas escolas primárias aumentou de 64% para 71% entre 2005 e 2007. As mulheres ainda estão em desvantagem em relação aos homens, mas as desigualdades estão regredindo gradualmente. O rápido crescimento da produção agrícola nos últimos anos pode ter contribuído para estes resultados favoráveis; Agricultura cria oportunidades de geração de receita para os pobres e reduz os preços dos alimentos que são predominantes na cesta de consumo da população de baixa renda. A melhoria dos indicadores de saúde e educação podem também se beneficiarem com a participação de organizações religiosas e ONGs nessas áreas.

**Gráfico 1: PIB per capita por habitante (U\$)**



Elaboração própria. Dados Expansión/ Datosmacro

**Gráfico 2: PIB per capita por habitante (%)**



Elaboração própria. Dados Expansión/ Datosmacro

Os níveis de renda para os pobres melhoraram, mas há poucas oportunidades de emprego para trabalhadores qualificados. Oportunidades do emprego em empresas registradas no setor formal são escassas. Os dados não permitem fazer estimativas precisas, mas as pequenas e médias empresas provavelmente empregam apenas 1,2% da força de trabalho. Assumindo que a força de trabalho total é de cerca de 24 milhões, isso significa 300.000 empregos. O crescimento do emprego em empresas estabelecidas parece ter sido apenas 2 a 3% por ano; dado o crescimento da força de trabalho, isso não é suficiente para reduzir o desemprego. Ao mesmo tempo, algumas grandes empresas de mineração e de telecomunicações têm expandido suas operações.

Uma vez que estas empresas são poucas não há impacto significativo sobre as oportunidades de emprego. Dados recentes sugerem que houve um rápido crescimento na agricultura de pequena escala e do sector informal, mas estas atividades não criam oportunidades para trabalhadores qualificados. A falta de um sector dinâmico de pequenas e médias empresas privadas na RDC é um fator importante de crescimento para que jovens trabalhadores qualificados tenham oportunidades de emprego.

A análise sugere que a má governança leva a baixo o desempenho das pequenas e médias empresas do sector formal. Resultados de uma administração pobre, no abuso por parte de órgãos públicos e funcionários que recolhem uma série de impostos, tanto formais como informais sobre o sector privado.

Um pequeno número de grandes empresas privadas conseguiu mais ou menos se proteger contra esses riscos e continuam a prosperar apesar dos desafios operacionais. Porém, as pequenas e médias empresas não têm sido capazes de superar esses obstáculos por falta de recursos e influência política. Empresas públicas detêm posições de monopólio, embora sejam incapazes de fornecer serviços confiáveis. Passivos sociais (salários em atraso e subsídios) impedem que essas empresas sejam rentáveis e competitivas.

## **I.2 – Análise Recente da Economia**

A turbulenta história da RDC tem impedido o surgimento de elite homogênea tendo uma visão comum com relação aos objetivos da política econômica e mecanismos de sua implementação. Durante seu longo reinado (1965-1997), o presidente Mobutu minava sistematicamente a qualquer que poderiam desafiar sua autoridade. A influência estrangeira também contribuiu para a falta de responsabilidade social; o regime foi considerado um aliado estratégico na África contra Angola apoiada por regimes comunistas e posteriores ao Zimbabué. O genocídio no Ruanda em 1994 e suas consequências têm desestabilizado a RDC e a chamada à fragmentação étnica alimentou conflitos locais. As numerosas forças armadas das Nações Unidas enviadas para a manutenção da paz têm fornecido alguma proteção e estabilidade, já a cooperação sustentável entre os membros da elite nacional permanece incerta.

A nova Constituição foi aprovada, mas a situação política permanece frágil. De 2001 a 2005 a eficácia do estado tem melhorado gradualmente desde os grupos armados cooperaram uns com os outros como parte de uma constituição provisória.

Para torná-lo mais eficaz e um governo responsável, uma nova constituição foi aprovada por referendo e promulgada em Fevereiro de 2006, abrindo o caminho para as primeiras eleições democráticas em 40 anos. No entanto, embora a Constituição determinasse o fortalecimento dos governos provinciais, a presidência tem um papel predominante. Nem as instituições do Estado, nem a força de paz da ONU não são fortes o suficiente para proteger a população contra a violência. Existem grandes lacunas na política de estado, políticas anunciadas publicamente não são implementadas e orçamentos aprovados pelo Parlamento são ignorados por despesas supostamente “urgentes”. Além disso, as agências governamentais são gerenciadas como entidades soberanas e não como instituições do Estado.

Agências de cobrança de receitas são pagas apenas para cobrar impostos e não para a prestação de serviços. Finalmente alguns órgãos públicos solicitam o pagamento por serviços que entregam mais. A Constituição foi alterada em janeiro de 2011 fortalecendo a posição do presidente, mas a situação política permanece frágil. As próximas eleições foram previstas para o fim do ano de 2011.

Esta fraqueza foi revelada em 2009, quando a RDC teve um choque simultâneo exógeno (em preços dos alimentos) e um choque endógeno (na segurança). Em 2009, as exportações de bens e serviços não manufaturados caiu em 30%. As entradas diminuíram em 40% com a secagem de fontes de recursos. No início de fevereiro de 2009 as reservas cambiais brutas foram quase esgotadas. Ao mesmo tempo as autoridades congoleesas têm enfrentado uma rebelião em Norte Kivu. Em resposta as autoridades tomaram medidas radicais e assinou um acordo com Ruanda, incluindo disposições para integrar os rebeldes em Norte Kivu no exército regular. A Política econômica foi ajustada para atender aos requisitos da Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE), o que permitiu o país se beneficiar do alívio da dívida de 12 mil milhões de dólares norte-americanos.

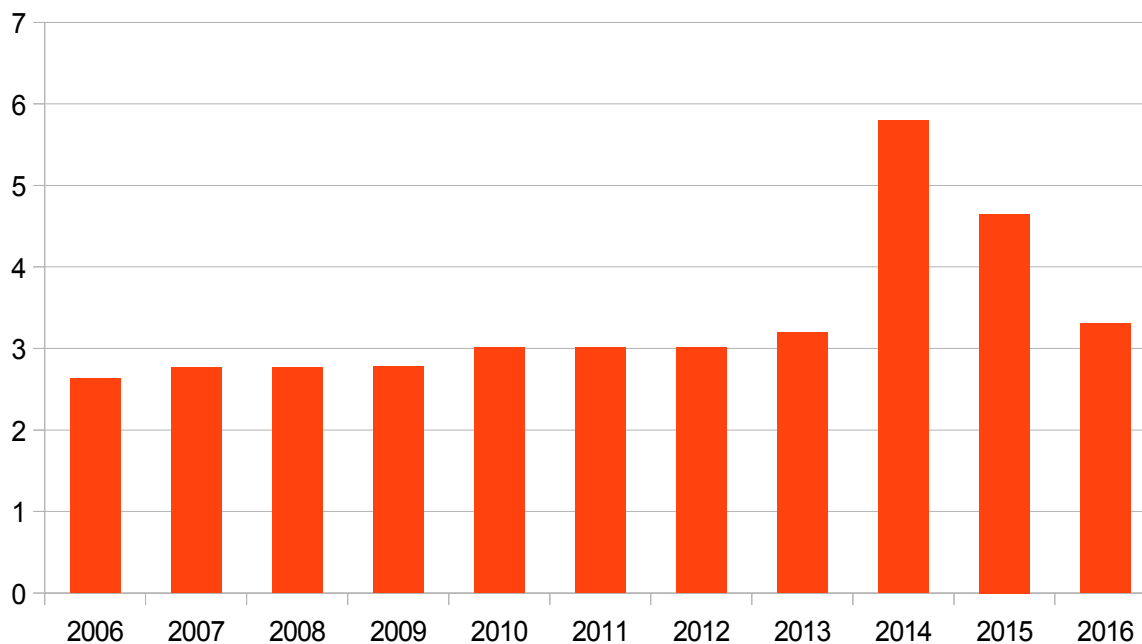
A vulnerabilidade revelada pela crise de 2009 continua a afetar o comportamento daqueles que controlam ou exercem o poder. No segundo semestre de 2009 pressões externas diminuiu com o aumento dos preços dos minerais. Em 2010 as exportações e importações de bens e serviços não manufaturados ultrapassaram 26% dos valores de 2008 e 14%, respectivamente, seguindo a tendência de pós-guerra. No entanto, a incerteza persiste por causa das vulnerabilidades econômicas e de seguranças reveladas pela crise. A partir daqui as autoridades nacionais, muito criticadas, questionaram as relações contratuais com empresas internacionais no setor de recursos naturais e empresas de telecomunicações mal tratadas.

Barreiras adicionais ao comércio internacional foram introduzidas, o que resultou em tempos que são o mais longa de espera na África. A burocracia e pagamentos informais proibitivos têm impedido o crescimento do emprego nas pequenas e médias empresas.

Os estudos de desenvolvimentos ao longo da última década têm demonstrado a capacidade da RDC alcançando bons resultados em condições favoráveis. Este estudo identifica quatro elementos positivos que podem fornecer respostas para os desafios da governabilidade: (A) crescimento agrícola recente; (B) a introdução de serviços de telefonia móvel de qualidade com acesso à internet barata não só nas grandes cidades; (C) a utilização de instrumentos de apoio externo para fortalecer processos judiciais; e (D) parcerias público-privadas.

Além disso, recente atividade legislativa a nível nacional mostra que o governo pode trabalhar de forma eficaz e produtiva com o seu poder legislativo se houver incentivos de recursos adequados para esta tarefa. Isto sugere que os arranjos institucionais existentes podem funcionar como desejado.

**Gráfico 3: Crescimento Agrícola 2006 – 2016**



Elaboração própria. Dados FMI e Banco Mundial

A produção agrícola está crescendo rapidamente nas províncias, sugerindo uma cooperação entre os grupos políticos a nível provincial. A agricultura de subsistência e a agricultura orientada para os mercados locais têm um rápido crescimento em áreas onde a segurança foi restaurada. Este não era o caso nas duas províncias de Kivu em 2007-2008.

A RDC conta com instrumentos de apoio externos, a fim de dar mais segurança jurídica no país. A próxima adesão da RDC ao Tratado da Organização para a Harmonização em África do Direito dos Negócios (OHADA) para modernizar o quadro jurídico utilizado.

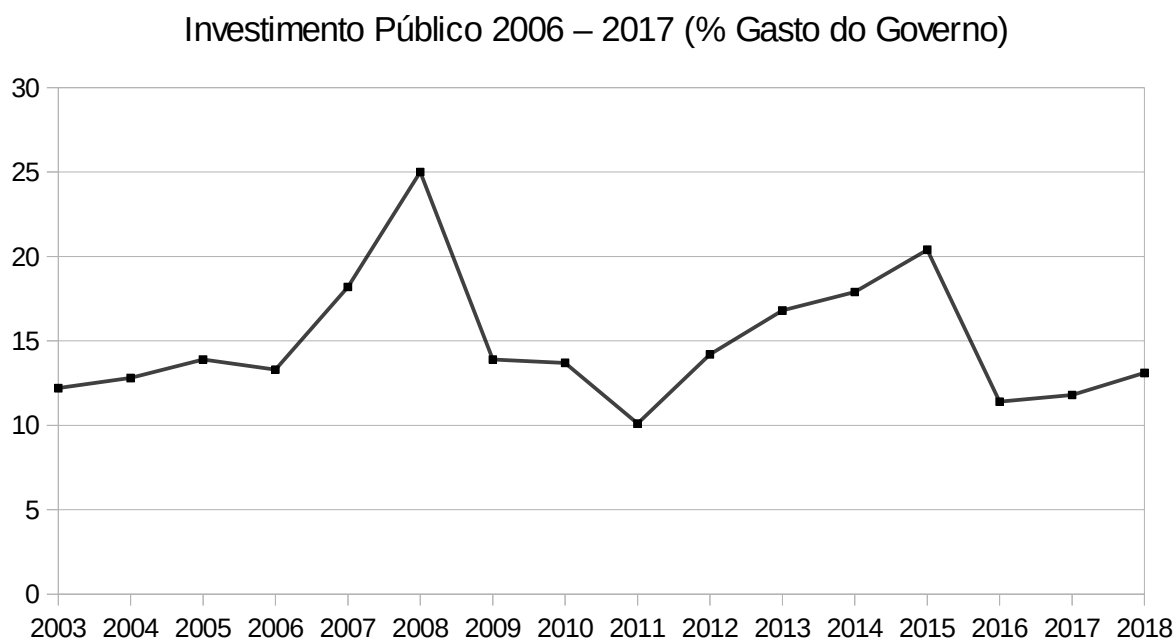
O país também considera a adesão à Convenção de Nova Iorque de 1958, sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Internacionais, o que levaria a mais um passo importante no sentido da transparência e previsibilidade jurídica. Além disso, existem muitas vezes soluções práticas para questões jurídicas.

Os procedimentos para a facilitação do comércio na RDC são complicados e demoram muito tempo porque todas as agências preferem coletar seus próprios impostos diretamente de operadores. As agências internacionais têm recomendado recentemente uma conta única onde todos esses impostos seriam pagos, desde que a conta seja administrada como parte de arranjos credíveis por uma instituição comum incluindo acionistas nacionais e um operador estrangeiro dentro das regras contábeis internacionais. Se for bem-sucedido, este modelo também poderia estabelecer uma mobilização de receitas para as autoridades, que poderia substituir muitas autoridades existentes que estão competindo.

Os dispositivos institucionais inovadores contribuem para o desenvolvimento de infraestrutura. Entre 2002 e 2008, quase todos os novos infraestrutura na RDC foram financiados pelos parceiros de desenvolvimento. Isso mudou em 2008, quando RDC tinha uma parceria com três empresas chinesas apoiadas por EXIM Bank of China (Export Import Bank of China). Este acordo estabeleceu uma empresa mista para operar numa concessão mineira específica; as receitas desta concessão serão usadas para reembolsar o investimento em mineração e empréstimos para financiar a rápida expansão da infraestrutura. O acordo foi negociado fora dos procedimentos regulares, e sua implementação dependia dos procedimentos administrativos e instituições estrangeiras, seria chinesas neste caso. O presidente e seus assessores estavam diretamente envolvidos no acordo, o que poderia facilitar as negociações e implementação do acordo. A implementação da infraestrutura selecionada está em andamento, mas os dispositivos institucionais para as operações de manutenção e subsequentes não eram claras. As autoridades indicaram que estão considerando as parcerias público-privadas para a manutenção da infraestrutura no futuro.



#### Gráfico 4: Investimento Público



Elaboração própria. Dados FMI e Banco Mundial

As parcerias público-privadas já eram utilizadas para os serviços de educação e saúde. O governo da RDC tenha entrado em um acordo de longa data com a Igreja Católica e outras organizações religiosas para a prestação de serviços sociais. Sob os termos deste acordo, as organizações receberam dinheiro para financiar serviços. Em parcerias público-privadas, o órgão regulador monitorava a qualidade dos serviços prestados e a forma que as taxas eram cobradas, enquanto que a gestão é delegada a um operador privado. Este princípio da parceria é aplicado atualmente na gestão das rodovias, em parceria com empresas locais, mas com sucesso limitado.

Após as eleições de novembro de 2011, o novo governo deveria fazer um programa econômico. Ele teria a oportunidade de adotar um plano de ação de emergência o que poderia estimular o crescimento econômico e criar postos de trabalho para trabalhadores qualificados. Os parâmetros de tal plano já eram identificados no DSCR (Documento Estratégica para o crescimento e redução de Pobreza) segunda geração que é formulada na presente através de uma abordagem participativa. É claro que nenhum plano de ação não pode resolver-se sozinho os problemas do desenvolvimento de um país tão vasto, diverso e complexo como o RDC. Todas as medidas têm um custo financeiro, político ou institucional.

Há, portanto, uma necessidade urgente de estabelecer prioridades e reformas de ordem.

Em princípio, as redes sociais são os meios mais eficientes e eficazes de garantir a responsabilização do governo. As redes sociais permitem aos seus usuários para garantir a responsabilidade dos prestadores de serviços. Historicamente, o conceito tem permanecido subdesenvolvido na RDC, e até hoje, os exemplos que identificamos são mais especulativas do que os estudos de caso detalhados. As eleições de 2006 foram livres e justas, mas parece que uma vez que os políticos tiveram contato muito limitado com os seus eleitores. Agricultores e moradores das comunidades locais dependem de estradas rurais que permanecem em aberto através de redes sociais que monitoram sua manutenção. No entanto, vias urbanas são apenas funcionais, embora a manutenção poderia compensar a mais do que os custos pagos pelos carros danificados nestas estradas. A responsabilidade social parece crescer localmente, enquanto ele permanece menos reconhecido nacionalmente. O impacto do sucesso local é claramente ilustrado pelo impacto de paz e estabilidade para o desenvolvimento agrícola. Recentemente, em 2008, a agricultura tem diminuído nas regiões do Norte e Kivu do Sul afetada pelo conflito.

No entanto, as melhorias de segurança têm renovado o investimento privado. Os termos exatos destas melhorias ultrapassam o âmbito deste trabalho, mas parece que os arranjos incluídos em condições locais têm uma melhor chance de sucesso do que as disposições impostas de fora. Esta abordagem de baixo para cima é importante e explica os ganhos obtidos nos últimos anos na luta contra a pobreza. Além das reformas básicas para impulsionar a agricultura, as autoridades têm usado uma série de instrumentos políticos inovadores. As fichas de avaliação feita para informar os pais sobre o desempenho dos professores e diretores, e as estradas rurais são coletivamente mantidas pelos agricultores que as utilizam.

As tecnologias e âncoras externas são eficazes quando são totalmente operacionais, mas eles precisam de um apoio nacional para começar.

Nós apresentamos três exemplos em que as tecnologias modernas têm sido utilizadas para assegurar um desempenho bem-sucedido: (a) o recenseamento biométrico para as forças de segurança, (b) a ampliação das caixas eletrônica (ATMs) em pequenas cidades, e (c) de telefonia móvel.

Cada um desses casos surgiu no momento em que o país ou região viveu um período confuso. As reformas foram amplamente prosseguidas, mesmo com a ausência de parcerias público-privadas. Este é o caso da indústria de telecomunicações, com um forte apoio de parcerias privadas externas, e do sector da segurança. Cada uma dessas reformas poderia ser aplicada a casos semelhantes, mas até agora elas não foram implementadas.

Nenhum avanço foi observado do lado de recenseamento biométrico no sector da educação, a reforma do sector da eletricidade é especialmente lento e o *mobile banking* era improvável que esteja disponível até o final de 2011 (enquanto o presidente do banco central e o ministro das Telecomunicações não chegam a um acordo sobre questões regulatórias). Parece que a tecnologia pode desempenhar um papel importante para promover o desenvolvimento em grande escala, mas somente quando há subsídio público e boas convenções coletivas a nível da política econômica.

O papel dos parceiros nacionais é ainda mais importante para o uso de âncoras externas, jurídicos e institucionais. Examinamos três incentivos que deram sucesso: (1) a participação da RDC para a ONU e instituições de Bretton Woods, (2) Como parte do acordo para o desenvolvimento de infraestruturas com a China, e (3) ausência de controles de câmbio, permitindo o uso generalizado do dólar americano. Ambos baseiam-se na iniciativa das autoridades congoleesas. A circulação de dólares americanos para as operações não requerem o apoio das autoridades congoleesas, mas eles concordaram em denominar contas bancárias, empréstimos e outros contratos financeiros em dólares americanos para garantir a estabilidade financeira. A importância do apoio nacional também é evidenciada em razão das perguntas importantes que ficam em suspenso: (a) a execução de mandados de prisão por tribunais internacionais, (b) incentivo para os investidores estrangeiros para gerenciar instalações de água potável, (c) criação de alguns comitês para resolver diferentes problemas externos. Estes casos não foram bem sucedidos ou porque as autoridades não implementaram os acordos que as partes tinham entrado em comum, ou porque os investidores estrangeiros temem que as autoridades não conseguem honrar esses acordos no futuro.

As alianças entre aqueles que exercem o poder na RDC jogam um papel crucial na criação e liberação de algumas reformas fundamentais.

No entanto, algumas dessas reformas estagnaram, devido à dificuldade de manter unidas as coligações políticas ao longo do tempo. Na prática, a tecnologia, âncoras externas ou responsabilidade social têm sido eficazes em manter as reformas que foram publicadas pelas autoridades da RDC.

O longo conflito na RDC deixou traços importantes de destruição física. Um dos principais desafios do esforço de reconstrução atual permanece em restaurar a infraestrutura que é essencial para o crescimento e equidade. Também será necessário estabelecer prioridades para a nova infraestrutura de acordo com as oportunidades de integração regional e a evolução da população, particularmente em termos de crescimento e urbanização. No entanto, a experiência internacional sugere que é igualmente importante para a prosperidade a longo prazo lidar adequadamente com as questões de desenvolvimento institucional e de governança, o que por vezes tem sido chamado de infraestrutura “leve”, do que construir boa infraestrutura “pesada”. Isso começa com a capacidade de manter e uso produtivo da infraestrutura reabilitada. Se o transporte ou a energia, um ambiente favorável deve ser estabelecido para fornecer aos consumidores e à indústria um acesso dos serviços competitivos, mas principalmente confiáveis.

As reformas vão levar tempo na RDC. Mais que a oposição formal de uma assinatura na parte inferior de uma página, o que importa para os agentes econômicos, é a realidade informal do ambiente de negócios. Esta determina como e em que áreas os investimentos são feitos e as perspectivas de crescimento e diversificação da RDC. Embora o crescimento tenha dado sinais de recuperação, é apenas em relação a uma base particularmente baixo e estreito, especialmente no que diz respeito à criação de emprego. Cada vez mais, aqueles que têm o poder de influenciar e implementar as políticas mostrarão um compromisso credível na construção de elementos-chave do desenvolvimento da infraestrutura suave da RDC. É a infraestrutura leve, como a boa governabilidade das instituições, que favorecerá o crescimento.

Apesar de uma queda da taxa de pobreza de 71% para 63,6% entre 2005 e 2012, essa taxa ficou constante até hoje, a RDC ainda está entre os países mais pobres do mundo e está no lugar 176 (de 187 países) do último índice de desenvolvimento humano calculada pela ONU (2015). Cerca de 2,3 milhões de pessoas estão deslocadas ou refugiadas na RDC e 323.000 congolezes vivem em campos de refugiados fora do país.

## **Capítulo II - POLÍTICA MACROECONÔMICA E RESTRIÇÕES**

### **Introdução**

Determinar as prioridades econômicas em um país ou região que se está recuperando da guerra representa um grande desafio: as bases econômicas podem ter sido destruídas, as populações deslocadas e as comunidades foram divididas, os setores e subsetores foram apagados juntamente com as instituições formais e informais. Os ativos sociais como os mercados funcionais e a execução de contratos foram danificados. A capacidade de investir no longo prazo foi abalada. A reconstrução, a reabilitação e o estabelecimento de instituições de governança estarão necessariamente no topo da lista de prioridades. Este esforço é limitado na RDC em comparação com outros países que anteriormente estavam atormentados pela guerra, porque os conflitos armados seguiram anos de má gestão econômica, corrupção sistêmica e governança política deficiente.

### **II.1 – Política Macroeconômica e Reformas Estruturais**

A República Democrática do Congo (RDC) é o maior país da África subsaariana quase o mesmo tamanho que a Europa Ocidental e o terceiro maior pela população (depois da Nigéria e Etiópia). Este país tem os maiores jazidas de cobre, cobalto, coltan, além de grandes reservas de diamantes, florestas tropicais abundantes, petróleo e grande potencial em energia hidrelétrica e terra fértil. Durante sua independência em 1960, a RDC tinha um PIB per capita de 325\$ e foi a segunda economia industrializada na África depois da África do Sul. Hoje com um PIB per capita de US\$ 478, o RDC é um dos países mais pobres do mundo, ocupando a 176<sup>a</sup> entre 188 países de acordo com o Índice da ONU de Desenvolvimento Humano. Três décadas de má gestão econômica sob a presidência de Mobutu Sese Seko (1965-1997) enfraquecendo todos os setores da economia, levando a taxas de crescimento nos pontos negativos durante treze anos consecutivos, e um declínio dramático no PIB real per capita na RDC.

Desde 1996 com uma guerra em que estavam envolvidos exércitos e milícias de várias outras nações africanas, causando a morte de mais de 3 milhões de pessoas, seja diretamente pelos combates ou indiretamente por dificuldades relacionadas com esta guerra, acelerou o declínio econômico.

Entre 1996 e 2001 o principal objetivo das políticas econômicas do governo durante este período de conflito foi a obtenção de moeda estrangeira para financiar a guerra. Para este fim, recorreu a uma série de políticas intervencionistas tais como extorsão com impostos fantasiosos no lugar de algumas empresas ainda operacionais, concessão de monopólios e concessões de mineração com um regime fiscal preferencial para a produção e comercialização de produtos básicos, especialmente diamantes. A multiplicidade de taxas de câmbio e controles de preços gerou distorções significativas nos preços relativos. Como resultado criou-se uma escassez de alguns produtos incluindo fatores de produção, o que contribuiu para reduzir a produção e aumento dos custos de bens e serviços. No final de 2000 a situação econômica na RDC foi marcado por um ciclo vicioso de hiperinflação, uma depreciação contínua da moeda, um aumento de “dolarização”, a falta de poupança e queda da produção.

O declínio da atividade econômica, especialmente no setor formal, levou a uma queda nas receitas do governo para menos de 5% do PIB. Ao mesmo tempo gastos, principalmente os relacionados com a guerra, aumentava drasticamente chegando a quase 70% da receita total. O deficit orçamentário estava fora de controle e aumentou aproximadamente de 120% das receitas do governo em 2000. Este deficit foi integralmente financiado pela expansão monetária e acumulação de atrasados internos e externos. O papel do banco central foi de reduzir a quantidade de moeda para financiar o deficit. O resultado foi de um aumento da inflação e os preços ao consumidor subiu a uma média anual de 554%. O estado de guerra combinada com a difícil situação orçamental, enfraquecia fortemente a posição externa da RDC. As reservas estrangeiras despencaram sobre as importações de bens e serviços não factoriais. A diferença entre as taxas de câmbio básica e paralelas aprofundou a mais de 550%. A perda de confiança do público na moeda nacional acentuou a “dolarização”. O sistema bancário tornou-se insolvente e quase a metade dos bancos existentes caiu em falência, o que desencadeou uma desintermediação financeira substancial. No final de 2000, o PIB real chegou em 80% do seu nível de 1995.

Algumas mudanças ocorreram em 2001. O presidente Joseph Kabila chegou ao poder em 2001 após o assassinato de seu pai Laurent Desire Kabila, apoiado em seu primeiro discurso à nação, um programa econômico e político que era uma clara ruptura com as políticas passado. O discurso tinha por fim a reativação do Acordo de Lusaka, a formação de um governo de unidade nacional, a normalização das relações com a comunidade internacional para a estabilização da situação macroeconômica e a abertura econômica. O novo governo instaurou o processo de paz que começou em 1999 com o Acordo de Lusaka, que nunca foi seguido. Em 30 de junho de 2003 foi criado um governo de unidade nacional composto por representantes de todos os grupos armados, pela oposição não armada e a sociedade civil. Os progressos na implementação do processo de paz possibilitou a retomada das relações entre as autoridades e as instituições financeiras internacionais.

O Banco Mundial e o FMI criaram uma missão em conjunta em dezembro de 2001, entre doadores e autoridades congolenses para identificar projetos de investimento chaves que permitiram ao governo resolver a maioria dos problemas urgentes. Os esforços que foram feitos na reforma da RDC que serão detalhados a seguir, também abriu o caminho para o reembolso dos pagamentos atrasado da RDC aos credores internacionais para beneficiar uma redução da dívida sob Iniciativa dos países pobres Altamente endividados (HIPC). A RDC não honrou suas dívidas por quase uma década, quase 80% de suas dívidas ou US\$ 10,6 bilhões representando atrasos financeiros no final de 2001. Quase 16,9% (de US\$ 1,8 bilhão) foi devido a credores multinacionais. No verão de 2002 a RDC pagou suas dívidas aos seus principais credores multinacionais, incluindo o Banco Mundial e o FMI. O fluxo de ajuda externa foi reiniciada. Em setembro de 2002 a RDC foi premiada com um reescalonamento de suas dívidas de US\$ 8,2 bilhões em dívida a credores bilaterais do Clube de Paris. Em julho de 2003, a RDC alcançou o ponto de decisão da Iniciativa HIPC, a partir do qual os credores se comprometeram a diminuir a dívida de US\$ 6,3 bilhões no valor presente.

O principal objetivo do programa da reforma econômica, criada em 2001 com o apoio da comunidade internacional, foi para quebrar o círculo vicioso da hiperinflação e desvalorização da moeda. Este programa focalizou-se em melhorar as finanças públicas a partir do fortalecimento dos processos orçamentais. Pela primeira vez em anos, o Parlamento aprovou um orçamento.

As despesas extraorçamentárias foram reduzidas e, o mais importante, o governo aderiu a uma gestão rígida de um plano de fluxo de caixa mensal, o que permitiu a remoção da monetização do deficit orçamentário.

Graças a eficácia da política monetária a inflação desacelerou rapidamente, permitindo ao governo optar por uma taxa de câmbio flutuante em maio de 2001, reduzindo mais os preços. Preços de alguns serviços públicos, como o transporte e eletricidade, foram isentos da liberalização ao ser ajustável. Os preços dos produtos petrolíferos, por exemplo, que foram fortemente subsidiados, sofreram um aumento de quase 300% em relação ao nível internacional, que eliminou não só os subsídios, mas também o contrabando para os países vizinhos. Este aumento de preços foi acompanhado pela aplicação de um mecanismo transparente e automático de revisão de preços. A exportação de produtos petrolíferos também foi liberalizado. Assim a entrega e transporte de mercadorias tiveram uma melhoria em termo global, e o reforço da segurança levou a um crescimento do comércio de alimentos entre as regiões produtoras e em algumas cidades.

Estas políticas macroeconômicas foram apoiados por uma série de medidas estruturais. Para fortalecer o processo orçamentário, as autoridades restauraram o sistema de flexibilização de receitas, melhorou a coleta de dados e configurou novos sistemas de gerenciamento de informações. Abriram novos postos para o pagamento de imposto para os maiores contribuintes, as isenções foram monitoradas e procedimentos aduaneiros foram simplificados. O comércio internacional foi aberto, a tabela de preços foi reduzida para três níveis e um decreto presidencial autorizou apenas a presença de 4 agências de fronteira. As autoridades restringiram e também simplificaram os procedimentos para compromissos de despesas. Além disso todos os atrasados de empresas públicas e do governo para o setor privado foram examinados, bem como todos os departamentos e serviço terceirizado pelos ministérios da justiça e da segurança social foi revisto em 2002.

O governo estabeleceu várias medidas para reforçar o sector financeiro, entre outras, uma norma para a regulação do sistema financeiro, incluindo uma lei que garantia a independência do banco central, uma norma bancária segura para que BCC pudesse supervisionar por completo o sector financeiro, aprovação e liquidação de bancos e novo perfil jurídico para a reestruturação do sistema bancário.



Pela primeira vez há muitos anos, auditores externos examinavam as contas BCC. A assistência técnica tornou possível o fortalecimento da capacidade do banco central para conduzir a política monetária e supervisão bancária. O BCC também adotou uma política mais flexível em taxas de juros. Foi criado em Setembro de 2002, um grupo de consultoria sobre a política monetária para facilitar a coordenação das políticas fiscais e monetárias.

Em dezembro de 2002 o BCC incorpora títulos do tesouro para absorver o excesso de liquidez no sistema bancário. Vários bancos privados e públicos foram liquidados, enquanto outros foram reestruturados para fortalecer o setor financeiro. Houve mudança nas áreas jurídica e regimentais.

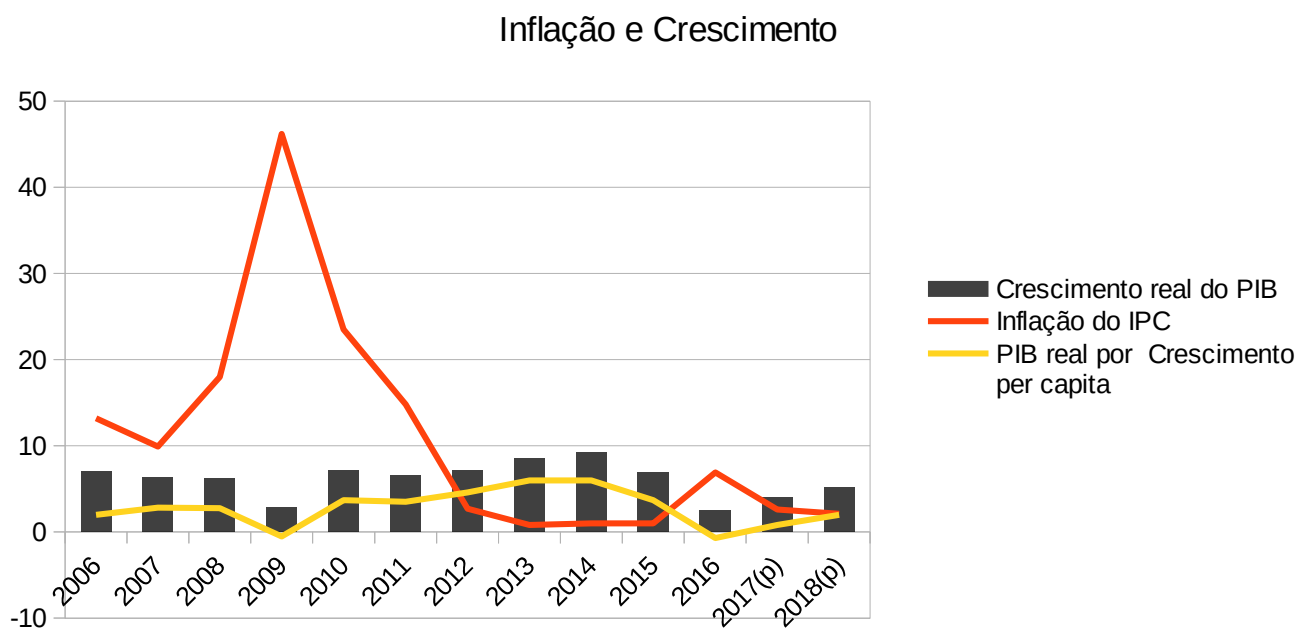
Um novo código de investimento foi publicado em Fevereiro de 2002, seguido seis meses depois pela publicação de um novo código de mineração, de acordo com as normas internacionais estabelecidas. Além disso, um novo Código Florestal, tendo em conta o desenvolvimento sustentável, uma vez que um grande número de concessões florestais foram canceladas. Os tribunais militares foram substituídos por tribunais civis para Assuntos Econômicos e de Negócios.

Estes esforços levaram ao rápido declínio da inflação e a retomada do crescimento. A diferença entre a taxa de câmbio real e do mercado livre caiu de 600% em maio de 2001 para menos de um por cento em dezembro do mesmo ano. No fim do período a inflação subiu 16% em dezembro de 2002, dramaticamente mais baixos do que 135% do ano anterior. Em 2002, o crescimento econômico foi positivo pela primeira vez em treze anos e alcançou uma média de 5% entre 2002 e 2004. As receitas do governo aumentou de 6,5% do PIB em 2001 para 9,5% em 2004. Essas receitas altas, combinada com o acesso à RDC ao financiamento externo, permitiu ao governo aumentar seus gastos, inclusive para a reconstrução e outros investimentos.

No entanto, havia sinais preocupantes no horizonte. Apesar das melhorias, a “Dolarização” da economia manteve-se elevada. Em 2003 a quota de depósitos em dólares EUA encontrava-se em 85%, o que demonstrou pouca confiança no franco congolês e do sistema bancário. O banco central sofreu perdas o que limitava a sua autonomia financeira substancialmente.

Em 2004 como a situação de segurança deteriorou-se nas províncias orientais, os gastos militares e gestão fiscal subiu relativamente, o crescimento da oferta monetária excederem-se a do PIB nominal. O franco congolês que se depreciou continuamente entre 2001 e 2003, tornou-se mais volátil, junto com a tendência de queda da inflação, o inverso.

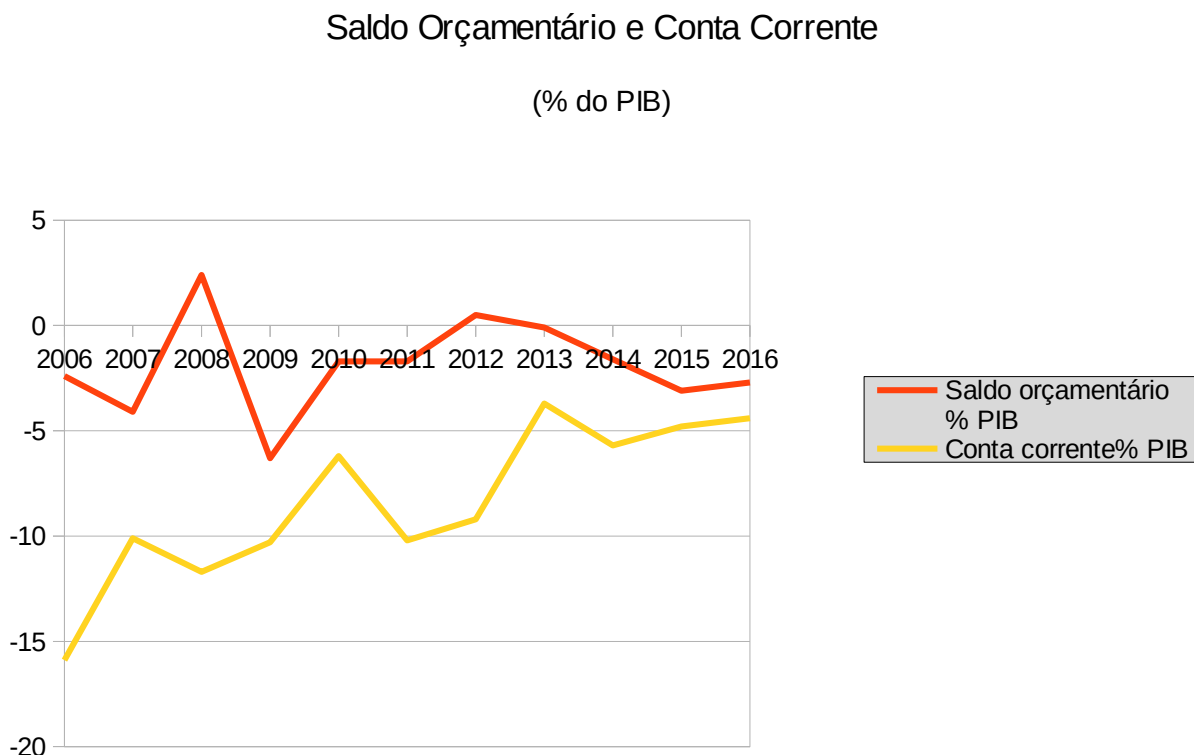
**Gráfico 5 : Evolução da Inflação, Crescimento real do PIB e PIB per capita**



Fonte: Dados das autoridades nacionais, estimativas(e) e projeções (p) com base nos cálculos da FMI e BM; Elaboração Própria

A implementação de políticas macroeconômicas enfraqueceu em 2005, quando o governo de transição focalizava toda a sua atenção sobre as eleições. Além disso, alguns conflitos periódicos nas províncias orientais criou um clima de incerteza e pressões no orçamento devido a maiores gastos de segurança. O governo não podia controlar as despesas inesperadas de segurança e demanda de aumento dos prêmios para os funcionários, despesas correntes e aumento do financiamento bancário. Após aumento da “dolarização” na economia, empréstimos bancários inevitavelmente resultaram em uma inflação e a depreciação da taxa de câmbio. Pior, os fluxos de investimentos estrangeiros e desembolso de ajuda internacional desacelerou, reforçando a incerteza.

## Gráfico 6: Saldo Orçamentário e Conta corrente



Fonte: Elaboração própria. Dados FMI e Banco mundial

A inflação acelerou, a taxa de câmbio continuou a depreciar e reservas cambiais encontrava-se em níveis muito baixos. De fato em 2005, a inflação atingiu 21% contra menos de 5% em 2003. A taxa de câmbio depreciou-se 20% em relação ao dólar durante o mesmo ano. As reservas internacionais caíram para US\$ 131 milhões em 2005, ou seja, 2,5 de importações não-ligadas a ajuda, e US\$ 154 milhões o equivalente a 1,4 de importações não relacionadas com o ajuda no final de 2006. Durante o segundo semestre de 2006, o governo tinha acumulado os atrasos aos credores bilaterais. Com a recuperação do setor privado, o crescimento real do PIB estava em 6,5% em 2005, mas registrou uma lenta diminuição para 5,1% em 2006.

A implementação de reformas estruturais abrandou nesse momento. Foi feito o recadastramento dos servidores público em 2005, mas os esforços para estender essa operação para todo o serviço público e eliminar “funcionários fantasmas”, não foram bem-sucedidos. O ritmo das reformas no setor de mineração, florestal, serviços públicos, administração aduaneira e empresas públicas não foi apoiada, e o BCC teve pouco progresso no fortalecimento de suas operações e na redução do seu déficit estrutural.

No final do ano foi organizado em todo o país um referendo para a adoção do projeto de Constituição. As primeiras eleições democráticas em 40 anos trouxe um fim a um período de transição política que durou três anos. No entanto, a situação de segurança permanecia frágil. A violência continuou nas províncias do leste, ameaçando a paz e progresso econômico.

A situação econômica da RDC se deteriorou ainda mais durante o último trimestre de 2008. A queda nos preços do cobre enfraqueceu significativamente em termos de troca e a produção de mineração teve um declínio. A queda nas exportações levou a uma forte desvalorização do franco congolês em comparação ao dólar americano. A inflação subiu para 53% no final de 2009. A queda na produção mineira e a redução no investimento afetou o crescimento econômico. No setor de mineração na província de Katanga, o encerramento das atividades de pequenas minas artesanais e a redução na produção de grandes unidades tiveram um impacto negativo imediato sobre o emprego, estimado em cerca de 200.000 de desempregados e mais de 1 milhão de pessoas dependentes disso foram indiretamente afetados.

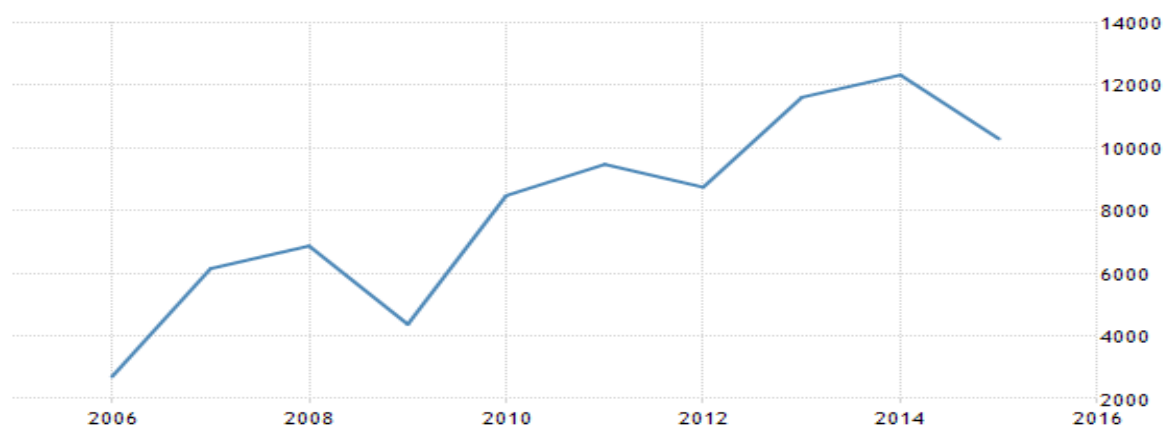
O rápido declínio das receitas na exportação agravou o deficit em conta-corrente exterior, bem como o baixo nível de reservas cambiais. Na verdade por causa do declínio das receitas de exportação e do gastos excessivos devido a crise humanitária e de segurança, as reservas brutas reais foram reduzidos para US\$ 39 milhões no final de Janeiro de 2009, que é o menor nível desde 2001. A diminuição das receitas na exportação também induziu a queda dos depósitos bancários em dólares e ativos estrangeiros brutos nos bancos, aumentando assim a pressão sobre o franco congolês.

Combinamos que, a queda das receitas e aumento dos gastos na segurança transformaram-se em deficit no último trimestre de 2008 o superavit orçamentários na RDC tinha acumulado até meados de 2008. O crescimento em avanços do BCC para o estado, combinava com a depreciação do franco do Congo (35% entre Dezembro de 2008 e Setembro de 2009), pressionou os preços uma vez que a inflação teve uma variação que atingiu 40%.

**Gráfico 7: Variação da Taxa de câmbio**



**Gráfico 8: Congo - Exportações**



Fonte: Trading Economics

## Gráfico 9: Congo – Importações



Fonte: Trading Economics

Neste ambiente econômico e político difícil, o processo de reforma retarda ainda mais, e os benefícios de algumas dessas reformas, implementada no início da década, desmoronou. As reformas relacionadas com a reestruturação dos bancos não foram viáveis e não evoluíram. Algumas melhorias no processo de execução do orçamento foram feitas, mas a má aplicação desse orçamento, as manobras nos procedimentos orçamentais e o controle ineficaz de orçamento, associados com os gastos desnecessários é alta, não conseguiram manter o compromisso orçamentário, isso fez aumentar o endividamento do governo ao banco central.

A arrecadação das receitas fiscais, particularmente no setor de mineração, permaneceu fraco. Em 2009, a implementação de políticas macroeconômicas deu uma melhoria, do ponto de vista externas o país se viu numa situação favorável para alcançar o ponto da Iniciativa HIPC, que lhe permitiria receber uma redução de dívida externa de US\$ 12,3 bilhões.

Algumas reformas fiscais começaram a ser bem-sucedido, e as receitas fiscais aumentaram para 16% (de 7,7% do PIB em 2003).

O aumento de receitas, incentivou o apoio dos doadores e reforçou o controlo das despesas através de uma melhor gestão e compromissos e acompanhamento mais próximo, induziu um défice orçamental inferior ao esperado. Tudo isso, além de mais ajuda externa no orçamento, permitiu ao governo de obter grandes depósitos no Banco Central. A melhoria no orçamento e as diretrizes do Banco Central contribuíram para melhorar a conter a expansão monetária e inflação.

No final de Abril de 2010 a inflação caiu para 15%; as reservas chegaram a aumentar ao longo de sete semanas de importações no final de 2009, comparando o mesmo período de importações no final de 2008. Além disso a implementação de reformas estruturais ganharia novo impulso. As autoridades elaboraram novas estratégias do ponto de vista setoriais e de gastar a médio prazo para os setores importantes, tais como educação e saúde. Outros pontos foram importante entre 2009-2010, é que o governo fez várias reformas e tomou medidas para melhorar o clima de negócios, criando um comitê de direção "Doing Business". Grandes progressos foram feitos para se juntar à Organização Africana de Harmonização do Direito Empresarial (OHADA).

O governo assinou um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em dezembro de 2009 no âmbito da Facilidade de Crédito Estendida (FCE) após a alteração do seu acordo com a China. A República Democrática do Congo chegou ao ponto de conclusão na Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (PPME) até junho de 2010 e assim qualificaria para a Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI).

A política macroeconômica realizada em 2011 procurou limitar o crédito líquido ao estado para conter pressões inflacionárias e preservar o valor da moeda. Além disso, o país se beneficiou em 2011 do cancelamento de sua dívida pendente. Mesmo assim, o saldo orçamentário deteriorou-se em 2011 devido a uma fraca mobilização das receitas e ao financiamento do processo eleitoral. O governo adotou instrumentos de planejamento e planejamento orçamentário nas províncias para melhorar a governança. Ele também aboliu alguns impostos redundantes e impostos ilegais para melhorar o clima de negócios.

A política macroeconômica em 2012 teve como objetivo reduzir a inflação, estabilizar a taxa de câmbio e aumentar as reservas em moeda estrangeira para garantir a maior previsibilidade e ajudar a economia a crescer. A gestão aperfeiçoada do financiamento público e a flexibilização da política monetária ajudaram a reduzir a inflação e caiu para 6,4% em relação a 15,4% em 2011. O banco central (BCC) reduziu substancialmente sua taxa de juros básica de 21% para 6% até o final de 2012 ano a ano para aumentar o crédito à economia. As maiores reservas de câmbio de um ressurgimento das exportações aumentaram a cobertura das importações para 8,6 semanas no final do ano, de 7,2 semanas no ano anterior.

Em relação à reforma no sector financeiro o BCC foi reestruturado e reorganizado, dando o primeiro passo para a sua recapitalização e independência financeira. A supervisão do banco central foi reforçada e também sua capacidade para conduzir a política monetária.

O governo divulgou as reformas para reforçar a boa governança e transparência nas indústrias extractivas (setores de petróleo, silvicultura, mineração etc.) e melhorar o clima de negócios. Hoje, quase todos os contratos assinados pelo governo estão agora acessíveis ao público. O país também participa na Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE) e inclusivo publicado no relatório que regulariza as receitas arrecadados sobre os recursos naturais. O governo, no entanto, deve fazer mais esforços para sistematizar os mecanismos de concorrência através da licitação sobre os contratos de mineração, petróleo e florestais.

## **II.2 - Crescimento Recente e Perspectiva Futuro**

A falta de coesão política e os repetidos conflitos armados geraram uma recessão econômica durante a década de 1990. Como sempre ocorre nas situações de pós-guerra, a tendência foi posteriormente revertida, a recuperação econômica é o resultado da ajuda massiva oferecida pelos doadores, fluxos de investimentos, reformas e esforços de reestruturação, principalmente na mineração e silvicultura.

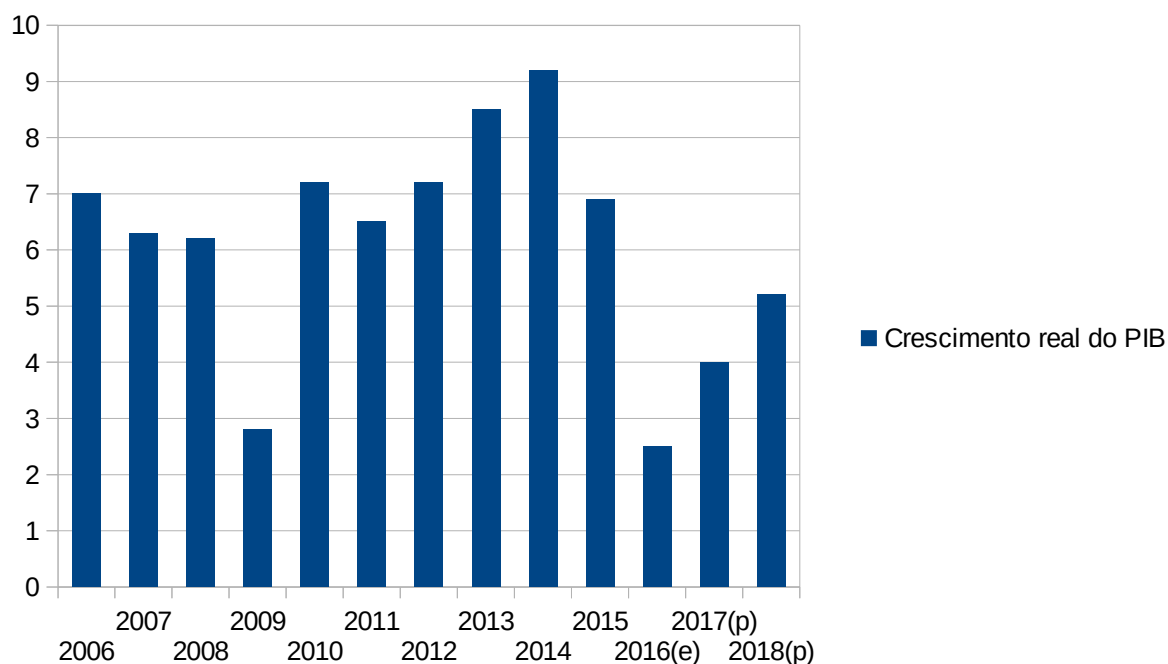
Desta forma, o crescimento do PIB em 2002 foi de 3,5%, aumentou de 5,7% em 2003 para 6,8% em 2004.



Ele chegou a 6,2% em 2005, 6,7% em 2006, 6,3% em 2007, 6,2% em 2008, 2,8% em 2009, 7,2% em 2010, 6,9% em 2011, 7,2% em 2012. O extraordinário potencial da RDC em mineração, silvicultura e hidroeletricidade poderia gerar um crescimento ainda maior através da elaboração atual de uma política econômica e setorial coerente e reabilitação de infraestruturas básicas. Após uma forte aceleração de quase 9% entre 2013 e 2014, ou seja, 8,5% em 2013, 9,2% em 2014, 6,9% em 2015, 2,5% em 2016 e a estimativa é de 4,0% em 2017, o crescimento do PIB real teve uma leve diminuição para 6,9% em 2015, e não deveria superar 2,5% em 2016. Esta redução é devido, em grande parte pela queda dos preços e da demanda mundial por matérias-primas.

Em 2016, o orçamento aumentou de 0,1% de PIB com um déficit de 1,6%, principalmente devido a menores receitas e um aumento da inflação para 6,9%, em média.

**Gráfico 10: Crescimento do PIB 2006 – 2018**



Fonte: FMI e Banco Mundial; Elaboração própria.

**Tabela II.1: Indicadores Macroeconômicos**

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Crescimento real do PIB	7	6,3	6,2	2,8	7,2	6,5	7,2	8,5	9,2	6,9	2,5	4	5,2
PIB real por Crescimento per capita	2	2,84	2,78	-0,5	3,7	3,5	4,6	6	6	3,7	-0,7	0,8	2
Inflação do IPC	13,21	9,9	18	46,2	23,5	14,8	2,7	0,8	1	1	6,9	2,6	2,1
Saldo orçamentário % PIB	17,1	10,9	-2,4	-4,1	2,4	-6,3	-1,7	-1,7	0,5	-0,1	-1,6	-3,1	-2,7

Esta é uma das conquistas significativas, tendo em vista o desempenho especial, mas uma decepcionante do crescimento real do PIB do país em termo per capita (cerca de 0,8% ao ano de 2017), mas também os resultados alcançados por alguns outros países pós-conflito.

Em 2004, o setor primário representou 59 por cento do PIB, dos quais 49 por cento para agricultura, pesca e silvicultura e 10 por cento para mineração e pedreiras. A terra cultivada representa apenas 10% do total de terras aráveis disponíveis, no entanto, e as principais oportunidades de irrigação não estão sendo exploradas. Esperava-se que a comunidade internacional contribuísse para a revitalização do setor agrícola, através do apoio às atividades científicas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Agrárias (INEAR) e reabilitação de rotas de abastecimento agrícola destinadas a permitir que grandes centros recebam alimentos básicos. A agricultura é essencialmente do tipo de subsistência, mas existe uma certa exportação de produtos como o café, o cacau, a borracha, o petróleo e a madeira. Em 2004, a produção de madeira aumentou 48% em relação ao ano anterior e o país possui quase metade de todas as reservas florestais africanas.

Em 2008, a produção congoleza foi dominada pela agricultura, silvicultura, pesca e caça, seguida pelo comércio grossista e retalhista e pelas indústrias de mineração. A economia manteve-se forte em 2013, com crescimento do produto interno bruto (PIB) de 8,5% (contra 7,2% em 2012), graças à mineração, comércio, construção e agricultura. O crescimento beneficiou a melhoria em alguns aspectos do ambiente de negócios, a reconstrução de infraestrutura e a forte demanda. A mineração tem sido o principal motor do crescimento e várias empresas de mineração passaram da exploração para a produção desde 2013. A racionalização da política macroeconômica e os preços estáveis, das commodities ajudaram a conter a inflação, que ficou em 1,1%, contra 2,7% em 2012 e um alvo de 4,0% em 2013.

A taxa de câmbio depreciou-se ligeiramente (0,3%). A coordenação adequada das políticas fiscais e monetárias e o aumento dos ganhos de exportação também aumentaram as reservas de câmbio no banco central (BCC).

Estes aumentaram de 2012 a 2013, foi de 1.213,70 milhões de CDF para 1.766,45 milhões de CDF (francos congolezes) cobrindo 9,4 semanas de importações.

O crescimento econômico de quase 9% em 2014 foi impulsionado pelas indústrias extrativistas e manufatureiras, agricultura, comércio e construção. E se beneficiou de uma demanda externa razoavelmente boa e preços bastante altos das matérias-primas. O clima de negócios também melhorou e o déficit de infraestrutura foi reduzido. O crescimento deveria permanecer forte em 2015 e 2016 se a situação política e de segurança doméstica permanecessem calmas e se as condições externas continuassem a ser boas. Sendo impulsionado principalmente pelas indústrias extrativistas e agroalimentares que atraem a maior parte do investimento em grande escala.

O setor privado ainda é pequeno, mas sua taxa de investimento tem crescido de forma constante nos últimos cinco anos. As suas perspectivas aumentaram com a abolição de alguns impostos, procedimentos simplificados para a criação de empresas e a importação de bens, a melhoria das infraestruturas e a adesão à Organização para a Harmonização do Direito Empresarial em África.

A economia congoleza foi prejudicada em 2016 pelo declínio nos preços mundiais de suas principais exportações e por um clima político e de segurança volátil. O crescimento, impulsionado pelas indústrias de manufatura, comércio, agricultura, transportes e telecomunicações, caiu de 6,9% em 2015 para 2,5% em 2016. A desaceleração econômica e a queda nas exportações reduziram a margem de manobra fiscal do país em um contexto de rigidez das despesas. As reservas cambiais caíram, levando a uma depreciação de um ano do franco congolês (CDF) em 26% e um aumento preocupante da inflação, que atingiu 11,24% no final de 2016. Se o recente aumento do preço do cobre continua, O crescimento econômico poderia chegar a 4,0% em 2017 e 5,2% em 2018. Para consolidar esses valores, é essencial um clima político e de segurança estável, com compromisso firme das autoridades de implementar as medidas adotadas em janeiro de 2016 para estabilização e estímulo econômico, em particularmente aqueles destinados a aumentar a receita interna e a diversificação econômica.

O crescimento na primeira metade da década foi apoiado principalmente pela indústria de mineração e construção, enquanto que na segunda metade da década, a forte expansão da agricultura e o de serviços especialmente no comércio atacado foi responsável pela maior parte desse crescimento. Resuma a contribuição para o crescimento dos principais setores da economia. Mais além vamos examinar os fatores por trás do crescimento para cada um dos principais setores e suas perspectivas de crescimento futuro.

### **II.2.1. Agricultura**

A produção agrícola entrou em colapso durante a guerra civil por causa da violência sem precedentes, saques generalizados e deslocamento da população. No entanto, o setor passou por um longo período de estagnação desde a independência em 1960, e como resultado da política de “zairianisation” (lançada em 1973) que acelerou a má gestão da economia mais tarde. A produção agrícola obteve uma recuperação em 2002, uma vez que os produtores e comerciantes beneficiaram do processo da paz na maior parte do país e dos transportes públicos.

A RDC tem 80 milhões de hectares de terras aráveis muito ricas, mas devido à deterioração da infraestrutura, à falta de capital dos agricultores e à ausência de políticas de apoio governamentais, apenas 1% delas é cultivada. Embora o setor agrícola representa quase metade do PIB, isso se deu por causa da queda acentuada da produção industrial e da mineração durante os anos de conflito, já que a produção das principais culturas (milho, arroz, raízes e tubérculos, feijão, banana e Frutas) diminuiu em volume. Os agricultores voltaram às técnicas tradicionais, sem fertilizantes e estão usando o trabalho familiar. Como resultado, a maioria das culturas tradicionais, com exceção do café e da madeira, desapareceu da lista de exportação e a produção de alimentos não cobre as necessidades da população. Apesar da melhora no fornecimento e das ligações entre a capital e as áreas produtoras, a produção agrícola aumentou apenas ligeiramente desde o retorno da paz, subindo apenas 0,4% em 2004.

Em 2006-2010, o sector cresceu 3% ao ano e interveio para cerca de um quarto do crescimento do PIB . O setor agrícola cresceu aproximadamente na mesma proporção que a população em 2006 cerca de 3 por cento devido à falta de estrutura rodoviária principalmente e investimento baixa no setor agrícolas.

A agricultura empregava mais de 70% da população e forneceu 46,7% do PIB em 2005, é a principal atividade nas áreas rurais e representou 48% do PIB em 2006. Em 2007 o setor agrícola registrou uma taxa de crescimento de 3,1 por cento, uma queda em relação ao ano anterior. Esta queda foi o resultado da diminuição da produção de certos produtos, particularmente óleo de palma (45,9 por cento), cacau (31,3 por cento) e borracha (14,6 por cento). A produção agrícola cresceu 2,9 por cento em 2008. Esta tendência deveria continuar em 2009, dada a ênfase que o governo estava colocando no setor para compensar os efeitos da crise alimentar. No entanto, o bom desempenho neste sector depende essencialmente da realização de certas reformas e da reparação e construção de infraestruturas.

A produção de madeira totalizou 500 000 m<sup>3</sup>, mas permanece muito abaixo do potencial do país. Os fatores por trás dessa subexploração são a distância das florestas do Porto de Matadi, a falta de infraestrutura rodoviária e a forte tributação. A produção de madeira diminuiu substancialmente no final de 2008, quando as lojas europeias e asiáticas diminuíram devido à recessão econômica global. Para ajudar os desenvolvedores florestais a proteger seus lucros, a Fédération des industries du bois (FIB) pediu ao governo que revisasse os impostos aplicados no setor para baixo.

O setor agrícola tem um potencial considerável para operações agrícolas em larga escala, mas os conflitos do país impediram que ele recuperasse sua vitalidade. O setor permanece dominado por pequenas fazendas que tiveram dificuldade em desenvolver como resultado de infraestruturas de transporte degradadas e a falta de crédito bancário. As culturas alimentares (mandioca, milho, arroz e banana) dominam o setor. O potencial é enorme porque apenas 10% das terras aráveis são cultivadas ou usadas para gado. As exportações agrícolas são principalmente café, cacau, madeira e borracha, mas os rendimentos desses itens entraram em colapso nos últimos anos e as receitas de exportação deles caíram. O setor agrícola é uma pedra angular do programa de emergência multissetorial para reparação e Reconstrução (Programa multissetorial urgente para a reabilitação e reconstrução – PMURR) devido à sua importância no reforço da segurança alimentar e na redução da pobreza.

A economia da República Democrática do Congo ainda é essencialmente agrícola, e a maioria de suas populações vivem da agricultura de subsistência. Agricultura contribui com cerca de 40% de PIB e menos do que 2,5% de exportações gravadas ao mesmo tempo que emprega mais de 60% da força de trabalho.

A agricultura tem um forte potencial para contribuir para o crescimento e para a redução pobreza na RDC, embora o potencial é reduzido por vários desafios no seu desenvolvimento. O país tem vasta terra fértil (quase o tamanho da Europa Ocidental), enquanto que apenas uma fração da terra é cultivada. Ao contrário de outros países africanos, abastecimento de água não é um problema para a RDC. O país tem abundantes e regulares chuvas, e tem com o rio Congo e seus afluentes hidrografia suficiente para permitir a produção diversificada de grãos e culturas industriais (café, cacau, chá, óleo de palma, algodão, etc.). Barreiras para o aumento da produtividade na RDC incluem infraestrutura para a entrega da produção aos mercados, a disponibilidade de assistência técnica e financeira, o acesso à informação e a disponibilidade e produtividade força de trabalho.

### **II.2.2. Minas**

O setor de mineração tem sido o pilar da economia na RDC desde os tempos coloniais e ainda representam cerca de 80% das receitas de exportação. Desde o início 1990, o minério de produção industrial caiu substancialmente devido guerra civil e má gestão das empresas públicas. Desde 2001 o investimento estrangeiro no setor têm incentivado a produção mineira.

O setor tinha desfrutado de um crescimento médio de 11% ao ano durante a primeira metade da década, respondendo por quase um terço do crescimento total do PIB durante este período, e 5% ao ano, em média, durante a segunda metade da década, representando cerca de 12% do crescimento do PIB total durante o período posterior.

Cerca de 50 minerais foram descobertos na RDC, mas a principal empresa estatal, a Gécamines, minas apenas dez deles: cobre, cobalto, zinco, diamantes, ouro, lata, nióbio, manganês, ferro e lítio. Toda a produção de mineração é exportada, e o setor é o principal ganhador de moeda estrangeira do país.

O desejo de se apropriar da riqueza mineral da RDC foi sem dúvida uma das principais causas da guerra recente. Em particular, a região produtora de diamantes do Kasai tem sido fortemente contestada, com os países vizinhos observando e se unindo na luta para controlar a produção e o comércio de diamantes e assim obter câmbio. Nessa situação, interesses divergentes podem dificultar a implementação do acordo de paz.

A contribuição do setor de mineração para o PIB foi estimada em 9,4 por cento em 2003, mas o setor registrou taxas de crescimento de mais de 10 por cento durante o período 2002-04. A produção de diamantes em particular, mostrou forte crescimento após a desregulamentação do setor em 2001. Em 2003 atingiu um total de 27 milhões de quilates com um valor de US\$ 584,4 milhões. Os diamantes são o principal produto de exportação na RDC, que representam mais de três quartos das receitas de exportação. Os outros produtos de exportações significativos são cobre e cobalto. Os números são aproximados, no entanto, uma vez que a produção e exportação de diamantes são em grande parte informais. Apesar de os esforços para limitar a evasão fiscal, os impostos pagos pelos comerciantes de diamantes são marginais, uma vez que o setor escapa em grande parte à tributação.

O setor de mineração foi durante anos o principal motor da economia, mas também a causa de todos os ciúmes e conflitos. No que diz respeito ao cobre, a contribuição da Générale des Carrières et des Mines (Gecamines) para o valor agregado diminuiu de forma constante, passando de 69% em 1974 para cerca de 5% em 2002, o que representa uma queda de mais de 90% no período. A queda da produção está diretamente ligada ao Colapso em setembro de 1990 da mina principal em Kamoto, mas também pelo baixo nível de investimento de substituição, escassez de capital de giro e obsolescência geral das plantas de produção. A produção de diamantes atingiu cerca de 30 milhões de quilates em 2004, um aumento de 11% em 2003. O Processo de Kimberley permitiu que uma pequena produção fosse reintroduzida no circuito oficial. Em 2004, a RDC também produziu 395.309 toneladas de cimento, 5.067 toneladas de zinco, 8.851 toneladas de cobalto e 1 tonelada de ouro. Também em 2004, a produção de petróleo bruto voltou ao seu nível de 10 milhões de barris em 1995.

A RDC tem um enorme potencial mineral, mas a mineração apenas representou 8,8 por cento do PIB em 2005 e seu desempenho estava longe do esperado. O país tem 34 por cento das reservas conhecidas do mundo de coltan e 10 por cento do seu cobre, bem como urânio, cobalto, zinco, prata, diamantes, ouro e petróleo. O crescimento da mineração é dificultado por uma má gestão geral dos recursos, fraude e reformas estruturais lentas, e o país não conseguiu se beneficiar plenamente das oportunidades oferecidas pelo aumento dos preços mundiais dos metais. O setor de cobre cresceu 33,7 por cento em volume em 2005 devido à maior produção, mas apenas 4,4 por cento em 2006 devido a uma queda na produção e os problemas na empresa estatal de mineração Gécamines. Perspectivas para o cobre são bastante boas. Uma empresa de capital misto, Kamoto Copper Company (KCC), recuperou a produção de cobre e cobalto no centro de mineração de Katanga de Kolwezi em 2006. Após um período de aquecimento de cinco anos, a expectativa de produção anual era de exceder 150.000 toneladas de cobre e 5.000 toneladas de cobalto.

A produção de petróleo estava em declínio e contraiu 1,5 por cento em termos reais em 2006, após uma queda de 8,9 por cento em 2005 (9,2 milhões de barris em 2005, abaixo de 10,1 milhões em 2004) devido a atrasos na renovação de poços. Além disso, apenas a área costeira está sendo aproveitada, embora os poços de teste no passado tenham mostrado presença de petróleo no centro e leste do país. A produção industrial de diamantes também foi decepcionante e caiu 26,7 por cento em 2005, enquanto a produção artesanal subiu 33,1 por cento, embora este aumento parece ter atingido um pico, com crescimento negativo de 13,6 por cento nos primeiros nove meses de 2006. Isto é a queda, na produção deveu-se ao esgotamento das minas, à falta de capital para comprar peças sobressalentes e uma rivalidade feroz entre a mineradora estatal Minière de Bakwanga (Miba) e cerca de 10.000 trabalhadores ilegais. Cerca de US\$ 10 milhões de equipamentos de mineração de diamantes não podiam ser usados em 2006 devido à ilegalidade nas minas de Miba. A queda resultante na produção causou problemas de fluxo de caixa, falta de pagamento dos 6.500 funcionários da Miba e aumento das dívidas não pagas aos fornecedores. Os números oficiais mostram uma queda de 80% no volume de exportações de diamantes em 2006.



As indústrias de mineração e pedreiras (8,2% do PIB em 2006) cresceram rapidamente. Esse desempenho resultou principalmente de uma recuperação econômica na província de Katanga, um aumento na produção de diamantes nas duas províncias de Kasai e a crescente demanda mundial por minerais. O aumento da demanda global de metais não ferrosos levou a um aumento considerável dos preços, o que beneficiou a produção mineira congoleza. A produção de cobre aumentou 2,5%, a produção de cobalto em 3,5% e a produção de zinco em 8,1%. A produção total de diamantes aumentou 7,5 por cento no final de junho de 2007, devido ao aumento da produção em pequena escala (19,1 por cento). A produção industrial de diamantes diminuiu como consequência a desaceleração da empresa MIBA (Minière de Bakwanga). A MIBA sofre de falta de equipamentos de produção que já estão obsoletos e um declínio no grau geológico de diamantes industriais, causada pelo esgotamento dos depósitos. Além disso no primeiro semestre do ano, a produtividade diminuiu na MIBA e seus 6.500 funcionários exigiram pagamento inicial e ameaçaram paralisar as atividades.

Enquanto o preço do petróleo aumentou significativamente em 2007, a produção congoleza caiu 4,2 por cento em relação a 2006. Esse declínio, iniciado em 2005 resultou do fechamento temporário de certos poços, trabalhos de manutenção em algumas máquinas e greves contra a empresa Perenco, que opera na área costal de Muanda.

A produção de diamantes caiu globalmente devido à queda substancial na produção de diamantes artesanais (39% abaixo). A produção de diamantes industriais aumentou 20,4 por cento. O grupo sul-africano De Beers não teve êxito na prospecção de diamantes em Mbuji-Mayi devido a detritos empobrecidos. A Bakwanga Mining Company (MIBA), cujo equipamento de produção permanece em ruínas, parou suas atividades em dezembro de 2008 devido a uma demora na implementação de seus planos de investimento. A produção de cobre (475,3 por cento) e o cobalto (670,6 por cento) cresceram dramaticamente durante a primeira metade do ano, já que alguns parceiros da Gecamines passaram da fase de exploração para a operação. Esses parceiros representam aproximadamente 200 empresas, 80 das quais estão listadas no mercado de ações. A situação chegou um ponto de viragem a partir de outubro devido à crise econômica e financeira internacional, que causou a queda dos preços do cobalto e do cobre.

O preço de uma tonelada de cobre, que estava de US\$ 9.000 no início de 2008, caiu para US\$ 3.591 em novembro. Em dezembro de 2008, mais de 40 empresas de mineração fecharam suas portas na província de Katanga, causando a perda de quase 300 mil postos de trabalho. No final do primeiro semestre, a produção de petróleo bruto caiu 4,4 por cento, apesar do forte aumento nos preços do petróleo no início do ano. Esta performance de qualidade inferior foi resultado de equipamentos envelhecidos e não substituídos, além de fechamentos de diversos poços.

O setor de mineração continua a desempenhar um papel importante no crescimento econômico na RDC, e do aumento da produção, principalmente artesanal, limitando o impacto da queda dos preços. O valor acrescentado no mineiro e pedra preciosa aumentou 20,4% ao ano em média, entre 2010 e 2014. O índice geral da produção mineral calculado pela BCC tem registado um aumento anual média de 23,6% desde 2009. No entanto, em 2015, o crescimento das indústrias de extração não excederam 4,8%. A produção de cobre aumentou de 1.030.129 toneladas em 2014, 1.039.007 toneladas em 2015, um ligeiro aumento de 0,9%, e seu preço caiu de 19,7% em média. Entre 2010 e 2015, o cobre foi responsável por cerca de 53% do valor das exportações de bens, e 28% de cobalto. A produção de hidrocarbonetos caiu de 1,4%, enquanto os preços do petróleo teve colapso de 38,2%, a partir de 63 a 38,9 dólares. Em paralelo, a produção de cobalto aumentou 11,8% enquanto os preços caíram 8,6% entre 2014 e 2015. Outros produtos apresentaram aumentos significativos em sua produção, e isso apesar do declínio de recursos, incluindo ouro (33%) e o Coltam (84%), a produção do último sendo em escala essencialmente.

Depois de momentos difíceis em 2009, esperava-se o setor reagir bem no futuro, sendo capaz de recuperar rapidamente a taxa de crescimento estimado de 7,5% em 2010 e 11% em média para o período 2011-2015. O fato é que, enquanto a RDC já estava preocupada com a desaceleração da empresa Chinesa, a decisão do grupo suíço Glencore de suspender a produção de suas duas filiais em Kolwezi (Kamoto Copper Company, KCC) por 18 meses a partir do final de agosto 2015 aumentou pressão adicional para a vulnerabilidade da economia da RDC. Com esse efeito, KCC produziu 17% de cobre a partir da RDC e 5% de cobalto em 2014. Os dois minerais responsáveis por entre 70% e 80% da exportação da RDC.

Portanto, o impacto da decisão da Glencore em um ano inteiro poderia causar uma quebra nas exportações de 1,2 bilhões de dólares em 2016. Isso é equivalente a um choque de 3,1% PIB, o que poderia custar entre US\$ 500 a US\$ 700 milhões em reservas.

O desafio é transformar as receitas de recursos minerais em capital humano e físico, antes de crescimento sustentado no médio e longo prazo. Enquanto a RDC tem uma vasta riqueza de recursos naturais que estão entre as maiores reservas da África Subsaariana que também é o maior país Africano em termos de território e o terceiro em população. Dada a sua dimensão geográfica e suas necessidades, depois de 50 anos de negligência e má gestão económica, as receitas de recursos minerais da RDC devem ser investidas de forma prudente e eficaz. A este respeito, a baixa capacidade fiscal do Estado (por exemplo, insuficiente mobilização das receitas fiscais do setor de mineração), a falta de transparência na gestão dos contratos e a incapacidade de proteger os gastos públicos prioritários em infraestrutura é um dos principais entraves ao crescimento, essas perspectivas são vulneráveis e o possível ressurgimento dos conflitos no leste do país e seu potencial impacto na Financia Pública, na sustentabilidade e no clima de negócios. Um menor crescimento nos mercados emergentes poderia resultar em uma queda no investimento estrangeiro direto e um declínio na demanda por minerais, que será discutido com mais detalhes na próxima seção.

### **II.2.3. Construção**

O sector da construção beneficiou em grande parte os projetos de reconstrução financiados por doadores externos. Durante a primeira metade da década, o setor registrou uma taxa média de crescimento de 18% ao ano, e contou com quase um quarto do crescimento do PIB.

Durante a segunda metade da década, este sector progrediu a uma taxa de 5% ao ano e interveio para 11% no crescimento total do PIB no sector da construção. O que se previa que no futuro, haveria um forte crescimento na construção e continuará a ser uns motores do crescimento econômico global na RDC. A taxa de crescimento anual da indústria de construção entre 2003 e 2008 foi de sete por cento. Desde o final da década de 1990, houve inúmeras infraestruturas, Projetos amplamente financiados pelo Banco Mundial e pela União Europeia.

A infraestrutura o desenvolvimento também constitui um componente essencial dos acordos do país com a China. Em 2007 foi assinado um acordo importante, mas parcialmente controverso, onde a China prometeu desenvolver a infraestrutura do país em troca de concessões de mineração.

O setor de construção registrou uma taxa de crescimento de 5,6 por cento em 2007, significativamente menor do que o registrado em 2006. Esta desaceleração decorreu de uma oferta insuficiente de cimento devido a uma situação quase monopolística e à limitada capacidade de produção de cimento do país (menos de 100.000 toneladas por mês). A produção de cimento não atendia às necessidades de construção, particularmente para projetos de PMURR (Programa Multisectorial de Emergência para Reabilitação e Reconstrução). No final do primeiro semestre, a produção dos dois maiores fabricantes de cimento do país CILU(Cimenterie de Lukalu) e CINAT (Cimenterie nationale) totalizaram 249.839 Toneladas em comparação com 252.372 toneladas no ano anterior. Esse número representou um declínio de um por cento, enquanto a demanda cresceu 2,6%. As pressões de demanda levaram a um aumento nos preços do cimento.

O desempenho do setor de construção e obras públicas foi fraco em comparação com 2007 devido à escassez de cimento, mesmo que o país estando em fase de reconstrução. A produção diminuiu cerca de 12,6 por cento durante o primeiro semestre de 2008 devido a problemas financeiros na Cimenterie Nationale (CINAT), capacidade produtiva limitada e falhas técnicas experimentadas pela Cimenterie de Lukala (CILU) em fevereiro. A situação piorou no final do ano, quando as instalações do CILU entraram em colapso como resultado de chuvas torrenciais. Isso causou uma paralisação temporária de Produção. Para compensar, o governo concedeu um estatuto aduaneiro e tributário especial aos importadores de cimento, com tratamento preferencial quanto ao imposto sobre as receitas.

O país é geograficamente isolado por ser quase sem litoral e possuir uma Infra-estrutura pobre, desigualdades sociais e econômicas entre províncias e entre áreas urbanas e rurais. O governo buscou desde 2007 reduzi-los através da descentralização, mas isso tem sido bastante lento.

Um programa de construção de infra-estrutura também foi lançado para desenvolver o potencial econômico do país, criando melhores ligações entre as regiões, embora ainda não tenha sido elaborado um plano geral adequado de uso da terra. Os projetos de infraestrutura públicos financiados pela China foram esperados para ganhar impulso em 2010-2011.

A contribuição da indústria da construção para o crescimento econômico foi reduzida significativamente nos últimos anos devido ao influxo de empresas chinesas que, por muitas estimativas, agora gerenciam mais de 90% dos projetos de construção pública e privada na RDC. Além disso, os baixos preços das commodities em 2015 e 2016 também diminuíram a demanda por serviços de construção. Apesar desta desaceleração, em março de 2016, o Ministério da Infraestrutura e Obras Públicas identificou mais de US\$ 6 bilhões em projetos de construção e reabilitação de infraestrutura de transporte e utilitários relacionados nos mais de seis anos. Neste contexto, particularmente da sistema de rodoviás, o setor de construção também registrou altas taxas de crescimento (cerca de 20% nos últimos dois anos).

O setor de construção na RDC é dominado por empresas estrangeiras. As empresas chinesas representam apenas mais da metade de todos os projetos de obras públicas na RDC e uma parcela significativa de projetos de construção privada.

Existe uma verdadeira vontade política para promover o empreendedorismo e a industrialização na RDC, que adotou uma estratégia nacional de desenvolvimento para pequenas e médias empresas (PMEs), uma política industrial, estratégias e um programa nacional de incubadoras para ajudar a gerar empregos através do treinamento e orientação de pequenas e médias empresas privadas. No entanto a implementação dessas estratégias e programas continuam limitadas, principalmente devido à falta de recursos financeiros. Recursos são necessários como esforços adicionais para: i) fortalecer o empreendedorismo através da educação e do desenvolvimento de habilidades; ii) facilitar o intercâmbio de tecnologia e inovação; iii) melhorar o acesso ao financiamento para empresários; iv) melhorar o clima regulatório para o empreendedorismo; v) estabelecer vínculos entre as PME nacionais e as empresas estrangeiras; e vi) fortalecer o diálogo público-privado.

#### **II.2.4. Industries**

A indústria excluindo a construção (principalmente de fabricação) representam menos de 4% do PIB, enquanto ele foi de 7% em 1990. A maioria das empresas de fabricação consistem em plantas de processamento de alimentos, embora haja também uma produção de aço, têxtil, produtos químicos e materiais de construção. Durante os primeiros anos da década de 1990 e, especialmente, durante a guerra civil, a indústria sofreu saques principalmente em pleno capital kinshasa. Muitos perderam tudo e não puderam obter pagamentos de seguros e são agora relutantes em se expor a tais riscos. Portanto, não é surpreendente que a indústria de transformação ainda não tem atraído novos investimentos desde 2001, embora tenha recuperado um pouco.

O setor industrial forneceu 13,7 por cento do PIB em 2005 e cresceu 9,3 por cento em volume, com construção e bebidas assumindo a liderança. As bebidas alcoólicas, especialmente a cerveja, apresentaram uma taxa de crescimento de 16,7% em setembro de 2006 (abaixo de 18,9% ano a ano). A produção de cimento em volume foi boa em 2005 (26,2 por cento) e 2006 (9,7 por cento), principalmente devido à reconstrução do país e grandes necessidades.

#### **II.2.5. Serviços**

Os serviços são responsáveis por quase um terço do PIB e ganharia em importância desde que a maioria das atividades econômicas neste sector são considerados informal. O setor de serviços é dominante, seguido pelo de comunicações. Este setor se expandiu rapidamente na primeira metade da década cresceu em média 5% ao ano e envolveu quase 40% do crescimento total do PIB mas o crescimento foi ainda mais rápido na segunda metade da década com uma taxa média de 8% ao ano e respondendo por quase 50% do crescimento total do PIB contribuindo com o dobro do crescimento a partir da mineração e construção juntos.

O setor de serviços é dominado por transportes e telecomunicações. Embora o conflito tenha degradado seriamente a qualidade das infraestruturas rodoviárias, fluviais e ferroviárias, a recuperação que começou em 2003/04 reforçou a procura de transportes públicos nas principais cidades.

O setor de telecomunicações está se desenvolvendo através da expansão do serviço de telefonia móvel, que liga as principais cidades via GSM. O aumento acentuado no número de assinantes, que aumentou de alguns milhares no início da década para 700 000 até 2004, teve um grande impacto no PIB.

O setor terciário representou 29% do PIB. No setor de serviços, os transportes e as telecomunicações mostraram a maior recuperação desde o final da guerra. No ano seguinte, o setor terciário contribuiu 27,9% do PIB em 2005 e cresceu 7,8% em termos reais, em grande parte graças aos serviços de transporte, telecomunicações e serviços financeiros. A RDC também tem potencial inexplorado para o turismo.

Os principais desafios para o crescimento forte e contínuo neste sector poderiam ser reduzida para “restaurar os fundamentos econômicos” (McKinsey Global Institute, 2010), que envolve a melhoria da segurança, a manutenção da estabilidade política e macroeconômica, o não ressurgimento da inflação e instabilidade monetária, além de criar um clima de negócios favorável à iniciativa privada, tanto nacional como estrangeiro, a fim de encorajar o investimento no futuro.

## **II.2.6 composição da demanda**

O consumo foi um dos elementos importante do crescimento econômico na última década. O investimento público e privado também contribuíram fortemente, mas a partir de uma base inicial muito baixo. As exportações e as importações subiram acentuadamente, mas por causa de um aumento na demanda por importações de bens intermédios necessários para projetos de mineração e construção, e apesar das condições favoráveis de comércio, as exportações líquidas foram negativas para contribuir significativamente para o crescimento.

## **II.2.6. A. Consumo**

O consumo foi responsável por 95% da demanda global. Portanto, não é surpreendente o que acontece em grande parte com o crescimento do PIB contas privadas de consumo para 85% da demanda global e uma forte recuperação, tanto durante a primeira e a segunda metade da década . A recuperação do consumo é explicado pelo aumento tanto da oferta de bens de consumo, como pela demanda por esses produtos pela população. Do lado da oferta, o fim do conflito armado permitiu que a população rural aumentasse a produção de alimentos e melhorar a entrega e transporte desses produtos. Do lado da procura, o aumento do emprego nos setores de construção, mineração (especialmente o setor de mineração artesanal) e serviços, bem como salários mais altos na conta do setor público proporcionou o aumento na demanda por bens consumo. Não há dados confiáveis sobre o emprego na RDC, e em grande parte das atividades econômicas do setor de mineração artesanal e de serviços não são registrados. A maioria dos empregados são do setor público.

Paralelamente a estes desenvolvimentos setoriais, o consumo privado foi mais sustentado em 2004 do que em 2003, assim como o investimento privado. O consumo público também aumentou em 2004 e 2005, provocando surtos inflacionários. Por outro lado, um aumento do déficit externo em 2004 e 2005, que provavelmente continuará nos próximos anos, compensará a pressão sobre a demanda interna. Assim, o consumo público foi ajudado pelo recurso externo, foi extremamente positivo, por 22,5% de volume, em 2006, ano de antecedência.

## **II.2.6.B. Governo**

As maiores receitas e a recuperação da RDC veio de financiamento das fontes externas e permitiram ao governo aumentar seus gastos de consumo e investimento. O consumo público foi responsável por 16,3% do PIB em 2009 que é maior do que a parcela de investimento localizado em 9,6% do PIB (FMI 2010 Artigo IV, Tabela 2b). Salários no setor público, embora sua base continua a mesma há décadas, têm aumentado desde 2002, e para certas categorias o crescimento foi mais rápido do que a inflação. Levando a custos mais elevados e uma quota maior de despesa pública: 1,7% do PIB em 2002, 5% em 2006 e, em seguida, 6,3% em 2009.



O investimento público aumentou em 1% do PIB em 2002 para 9,6% do PIB em 2009. Ainda assim, o nível de investimento público é extremamente baixa em comparação com outros estados frágeis. Em 9,6% do PIB real em 2009, o investimento público na RDC correspondem a US\$ 28 per capita em PPP dólares constantes, que ficou perto do último nível de investimento público em outros estados frágeis.

Como mencionado acima, de 2010-2011, o investimento público deveria gerar um forte crescimento com efeito do financiamento dos investimentos chineses que aliviaria a dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC. No entanto, existem riscos que os aumentos nos gastos de capital antecipado seja plenamente realizado, a fraqueza do controle orçamental persiste, e existem lacunas na implementação de projetos por causa das eleições ou persistente insegurança em algumas partes do país.

### **II.2.6.C. Investimento**

A melhoria na situação política e macroeconômica promoveu a recuperação do investimento privado, em particular durante a primeira metade da década, embora a percentagem destes no PIB manteve-se relativamente modesta. Mais investimento privado de IED ( investimento estrangeiro direto) feitos principalmente no setor de mineração, tais FDI também eram esperados nos sectores das telecomunicações e da construção, silvicultura, e em menor medida de fabricação.

Embora baixos níveis de poupança e investimento tenham aumentado o crescimento nas últimas duas décadas, sinais de incentivo surgiram desde o fim da guerra. A economia aumentou de 3,2% do PIB em 2001 para 12,3% em 2004. O investimento aumentou de 5,3% do PIB em 2001 para cerca de 18,5% em 2004, tornando-se o principal fator na retomada do crescimento. Esse movimento pode ser atribuído a reconstrução de infraestruturas, financiada pela ajuda ao desenvolvimento e pelo investimento privado (nomeadamente em telecomunicações).

Em 2004, a taxa de investimento global ainda era insuficiente para gerar crescimento autossustentável. Atingiu 12,6 por cento do PIB em 2004, dos quais 2,8 por cento para o investimento público.

Com o apoio externo, no entanto, o investimento público virtualmente duplicou em 2005 e sua participação no PIB subiu para 7,8%. Nesses últimos anos haviam expectativas futuras, de que deveria continuar a aumentar e a taxa de investimento público poderia exceder 20% em 2007. Tendo em conta a baixa poupança interna menos de 5% em 2004 e não mais de 10% esperada nos próximos anos, o investimento seria financiado por fundos estrangeiros.

As contribuições finais deveriam crescer rapidamente em 2007 e 2008 (menos de 4 por cento em volume) e sua participação no PIB deverá cair, de 97,7% em 2006 para 93,5% em 2007 e 88,7% em 2008, enquanto a poupança privada deveria aumentar. As taxas de poupança doméstica, no entanto, provavelmente não serão suficientes para financiar o investimento doméstico e o recurso à poupança externa pareceria inevitável nos próximos anos.

Os rendimentos dos IED embora com base em estimativas grosseiras, a RDC vive ainda sob alto risco em comparação com outros países da região; esses rendimentos parecem ter diminuído desde 2005, logo que a estabilidade macroeconômica começou a se deteriorar.

### **II.2.7. As exportações e importações**

Comércio exterior tem crescido rapidamente desde 2001, de 40% do PIB era de 120% do PIB no final da década. As exportações mais importantes são o cobre, cobalto e petróleo. Madeira e outros produtos florestais são os principais componentes de “outras exportações” registrados nas estatísticas oficiais, como também a produção e exportação de produtos florestais são sistematicamente subestimados nas estatísticas oficiais e também poderia ser significativamente maior.

Os bens de capital que são necessários para o investimento privado (no setor de mineração, por exemplo) e investimento em infraestrutura pública financiada por doadores foram os principais componentes de aumento constante das importações na última década. O deficit em conta-corrente aumentou acentuadamente, apesar dos favoráveis termos de troca.

No entanto, um deficit desse tamanho poderia ser visto como um sinal encorajador da recuperação econômica para o país, apesar do alto custo de financiamento; esse deficit resultou principalmente do aumento das importações de bens de capital que beneficiarão a melhoria da capacidade de produção do país e o crescimento do PIB real e as exportações.

Mais de 80% do comércio legal estrangeiro ocorre com os países desenvolvidos. A Bélgica, antiga potência colonial, continua a ser o principal mercado para as exportações da RDC, mas sua participação tende a diminuir. Os Estados Unidos foi considerado por muito tempo como o segundo maior mercado de exportação para o país por causa de suas compras de petróleo bruto, mas foram surpreendidos pela China em 2006, tendo em vista o aumento da demanda por ele para o cobre e cobalto (EIU 2007). África do Sul seguido pela Bélgica e França incorporam as principais fontes de importações da RDC, incluindo vários bens de capital, bens manufaturados e bens de consumo.

## **II.2.8 Financiamento de Expansão**

### **II.2.8. A. Os fluxos de capital estrangeiro**

Os fluxos continuam a ser o mais importante fonte de entrada de capitais estrangeira para a RDC. Além de IED, são esperados fluxos de capital estrangeiro para dobrar o reescalonamento do serviço da dívida do Clube de Paris e obtendo uma redução substancial da dívida no âmbito da Iniciativa para os países HIPC (PPAE), a fim de preencher a lacuna entre a poupança interna e investimento necessários para reconstruir a base econômica do país. Não existem dados sobre as remessas de emigrantes, enquanto isso poderia ser uma importante fonte de financiamento do consumo das famílias e os investimentos em pequenas empresas locais.

### **II.2.8.B. Bancário local**

O sector bancário na RDC é menos extenso, mesmo comparando o com a de outros países da África Subariana baixa renda. Os ativos totais do setor bancário conta apenas 10% do PIB e 75% do total de ativos do setor financeiro.

Há 21 bancos que operam no país, das quais apenas uma pertence parcialmente ao Estado, e o resto é de capital privado. O sector bancário é altamente “dolarizado” e a maioria dos empréstimos bancários os depósitos são em moeda estrangeira (75% e 87%, respectivamente), principalmente dólares norte-americanos. Esta é historicamente ligada à hiperinflação que assolou o país: empresas preferem usar moeda estrangeira para realizar transações que envolvem grandes quantidades, e as famílias também preferem moeda estrangeira de sobra. A hiperinflação também tem mecanismos de financiamento bancários pervertido. Seus recursos vêm principalmente de depósitos em moeda estrangeira, geralmente feitas no curto prazo. Os depósitos em moeda local são 99% de curto prazo.

Os bancos fornecem pouco crédito para o setor privado. Em 2006, menos de 3% do PIB foi atribuída ao sector privado, enquanto uma média de 12% vigente em outros países subsarianos. A maioria dos empréstimos ao sector privado são eventos de curta duração seja para capital de giro, cheque especial e cartas de crédito cuja tendência é explicada pela estrutura de financiamento dos bancos. Os empréstimos estão concentrados com uma clientela limitada, incluindo as empresas internacionais e empresas líderes locais (especialmente no setor de mineração e comercial), com o setor público ou indivíduos ricos. Outras empresas têm opções para financiar suas operações e investimentos em seus fundos próprios ou a contribuição do sector financeiro informal. No entanto, alguns sinais e modificações são evidentes. Em 2005, o banco iniciou suas operações especializadas no serviço de pequenas e médias empresas. Outros bancos tinham interesse em atividades bancárias, permitindo que as contas financiadas pelas quantidades modestas fossem mais próximos. As instituições de microfinanças estão aumentando em número e escopo. Em 2005, os relatórios de 28 instituições entraram no aumento dos depósitos e empréstimos de 50% (FMI 2007). As instituições de microfinanças baseada principalmente em atividades relacionadas com o comércio em áreas urbanas. Quase 60% dos clientes deste setor são mulheres.

#### **II.2.8.C. Contabilidade crescimento Padrão**

No quadro contabilístico do crescimento na RDC, com dados para o período de 1995-2010, mostra que os avanços na estabilidade econômica e política desde 2001, resultou

em uma forte melhoria na produtividade estimada por meio da produtividade total dos fatores (PTF). A decomposição de informações PTF que melhorou a produtividade pode ser explicado em parte pela melhoria da qualidade do capital humano e capital físico, apreendido através do aumento das taxas de conclusão de corte, diminuição nas taxas de mortalidade entre os adultos e uma menor taxa de depreciação do capital.

A aplicação deste crescimento no quadro contabilístico na RDC para dados 1995-2010, mostra que há uma forte melhoria na PTF explicando entre 50 e 70% do crescimento total, embora a acumulação de capital (físico e humano) teve relativamente mais importância na segunda metade da década. O grande papel da PTF é para estimular o crescimento na RDC em linha segunda as expectativas. PTF mede a eficiência com que o capital e o trabalho são usados para produzir. Além disso, ela reflete o ambiente em que os investimentos em capital humano e capital físico são realizados. Assim o crescimento da PTF negativos na década de 1990 destaca problemas como a falta de segurança, a guerra civil, instabilidade política e macroeconômica. Um crescimento positivo PTF desde 2001 reflete portanto, as melhorias significativas nestes fatores.

Cerca de 30 - 60% dos aumentos de produtividade alcançados por estimativas iniciais de PTF pode ser atribuído à melhoria de capital humano. De 30 a 100% de aumento de produtividade originais obtidos pelas estimativas da PTF são devido à combinação de melhorias de capital físico e humano.

## **Capítulo III – RDC e a má gestão dos recursos naturais**

### **Introdução**

As análises da riqueza de recursos naturais na RDC mostraram que, embora essa riqueza seja importante em termos absolutos, é relativamente baixa quando medida per capita. Com uma população de mais de 60 milhões em um país tão pobre quanto a RDC, as rendas de recursos naturais devem ser mais efetivamente mobilizadas. Uma aplicação do conceito de poupança real – que leva em conta o desgaste líquido do capital, o esgotamento dos recursos naturais e o investimento líquido em capital humano – revelou que a RDC acumulou economias negativas na maior parte dos últimos 27 anos. Argumentamos que essas baixas economias reais são o resultado de uma combinação de baixa mobilização de receita do setor de mineração, controle fiduciário inadequado sobre os rendimentos efetivamente arrecadados a partir desses recursos, reinvestimento insuficiente das mesmas receitas para aumentar a produção de mineração e acima de tudo, a capacidade limitada para transformar as receitas geradas por esses recursos em capital físico e humano para o crescimento sustentável.

### **III. 1 – Riqueza Natural, Economia e Recursos Recentes**

A RDC é um país abençoado com abundantes recursos naturais. Possui os maiores depósitos de cobre, cobalto e coltan de África, bem como reservas significativas de diamantes e petróleo, uma das maiores florestas tropicais do mundo, hidrelétricas e terras férteis. Os recursos naturais podem gerar aluguéis substanciais e se tornar uma fonte chave de financiamento do desenvolvimento de um país. Mas os recursos do subsolo, esgotáveis, uma vez descobertos, só podem ser esgotados, aumentando a questão de saber como os recursos naturais podem ser usados de forma mais eficiente. O governo geralmente captura uma parcela justa das rendas econômicas de recursos esgotáveis. Essas rendas podem ser consumidas e proporcionar um bem-estar atual, mas a um custo para as gerações futuras ou podem ser investidas em outros ativos e usadas como uma oportunidade para o desenvolvimento.

A escolha entre consumo e investimento pode ser particularmente assustadora em um país tão pobre quanto a RDC, onde a pobreza é predominante e as necessidades imediatas são grandes. O argumento a favor de investir nas rendas é, no entanto, reforçado pelo fato de que os países que investiram aluguéis de recursos naturais para aumentar sua capacidade produtiva conseguiram escapar da má gestão ou seja (o chamado maldição) dos recursos naturais.

A má gestão dos recursos naturais refere-se a esse fato de que a riqueza de recursos naturais não confere necessariamente crescimento econômico. Pode funcionar através de uma variedade de canais. A riqueza em minerais e óleos pode corroer as instituições de um país. As rendas minerais também podem fornecer incentivos e meios para se envolver em conflitos. Embora a opinião acadêmica sobre se os aluguéis de minerais e petróleo resulte em conflito está longe de ser unânime, existem evidências anedóticas substanciais de que a última guerra congolês que envolveu oito nações foi, em larga medida, impulsionada pela busca de minerais.

Do ponto de vista macroeconômico, o canal chave através do qual a riqueza de recursos pode prejudicar as perspectivas de desenvolvimento é através da doença holandesa. Os fluxos de câmbio, gerados, por exemplo, através de exportações de minerais, podem levar a uma pressão descendente sobre a taxa de câmbio e uma pressão ascendente sobre os preços domésticos, resultando em uma apreciação da taxa de câmbio real. Isso pode levar a uma remoção de bens não-recursos comercializáveis, enfraquecendo, por exemplo, o setor manufatureiro. Existem bons argumentos porque a diversificação em setores de manufatura ou outros que produzem bens que não podem ser comercializados pode ser necessários para atingir um nível de renda mais elevado. Além disso, uma vez que a volatilidade dos preços das commodities se propaga para a receita de recursos, a riqueza de recursos pode complicar a gestão fiscal e, se permeada às despesas agregadas, aumentar a volatilidade da taxa de câmbio real, que pode atuar como um imposto sobre o investimento.

Não obstante os seus grandes recursos naturais, a RDC figura entre os países mais pobres do mundo em termos de PIB e riqueza natural per capita.

O PIB per capita no final de 2009 era de 160 USD. Ele classifica 176 países de 182 países no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. Mais surpreendentemente, a maioria dos países menos ricos do mundo conta com recursos terrestres, como terras agrícolas, pastagens ou proteger áreas. O único país pobre rico em recursos do subsolo é o DRC.

A mudança na riqueza de um país é geralmente medida pela poupança nacional bruta. Entre 1970 e 2000, a poupança nacional bruta da RDC, a diferença entre a produção e o consumo sofreu uma tendência decrescente, até se tornando negativa durante a década de 1990. A poupança nacional bruta, no entanto, diz pouco sobre o desenvolvimento sustentável, pois ignora a depreciação do capital, o esgotamento dos recursos naturais e o aumento do capital humano. O conceito de poupança genuína supera essas restrições. Mas também as economias genuínas da RDC foram negativas durante a maior parte dos últimos 20 anos, indicando um nível insustentável de consumo e de redução de recursos.

O capital natural da RDC, embora grande em termos absolutos e como parte da riqueza total, é pequeno quando medido em termos per capita. Estimado em mais de US\$ 92 bilhões em dólares norte-americanos de 2005, o capital natural total da República Democrática do Congo excede em muito o capital equivalente de países como a República do Congo, o Gabão ou mesmo o Barein. Mas com uma população de cerca de 50 milhões de pessoas é sua figura capital natural entre os mais baixos do mundo em termos per capita, tornando a gestão de seus recursos naturais um desafio particularmente assustador.

A chave para aumentar o consumo futuro e, portanto, o padrão de vida, reside no aumento da riqueza nacional ou na geração de poupanças genuínas positivas. Economias mais altas podem ser financiadas por poupanças domésticas e estrangeiras transferidas como auxílio ou IDE. Na RDC, a poupança do governo tem sido negativa ao longo da última década, que é discutida em detalhes na última parte deste capítulo e o setor privado continua sendo pequeno. Nos últimos anos, as diferenças entre economias genuínas e poupança líquida nacional aumentaram à medida que o setor de mineração se recuperou. À medida que a produção mineira cresceu, mais recursos minerais foram esgotados.



Poucas economias do governo são, em certa medida, o resultado de uma pequena base de receita em geral, e baixas receitas fiscais do setor de mineração em particular. Aumentar as receitas através do aumento da capacidade de cobrança de impostos ou atrair o aumento do investimento no setor de mineração poderia ser uma maneira de aumentar a poupança interna e financiar investimentos.

### **III.2 – Utilização Recentes de Mineração para gerar Crescimento**

As receitas fiscais da RDC do setor de mineração são baixas. As receitas da mineração e do setor de petróleo foram estimadas em US\$ 405 milhões em 2007 por meio de um relatório de auditoria EITI independente. Apenas 18% ou 74 milhões correspondem ao setor de mineração, excluindo diamantes. Como resultado, as receitas fiscais da RDC no setor de mineração correspondiam apenas a 1,6 por cento das exportações de mineração ou 4,5 por cento das receitas do governo em 2007. Enquanto as exportações de petróleo representam apenas um quarto das exportações de minerais, as receitas fiscais das empresas de petróleo superam as receitas do setor de mineração. Este nível atual de receitas fiscais dos setores de mineração não é apenas baixo quando comparado à produção ou exportação de mineração, mas também níveis significativos abaixo do passado. Em meados da década de 1980, as receitas de mineração de RDC totalizaram cerca de 25% do PIB.

As receitas fiscais da RDC do setor de mineração também são baixas em relação a outros exportadores de minerais. A participação da receita mineral da DRC no PIB é semelhante à do Chile ou da Namíbia, embora a sua participação nas exportações de minerais para o PIB seja pelo menos duas vezes maior. Dito de outra forma, nas receitas minerais da RDC representam menos de 2% das exportações de minerais, enquanto excedem mais de 10% no Chile ou na Namíbia. Na Zâmbia, vizinho exportador de cobre da RDC, as receitas fiscais do setor de mineração representam cerca de 4% das exportações de minerais.

A baixa contribuição fiscal do setor de mineração pode ser explicada por vários fatores, incluindo a estrutura do setor de mineração da RDC, fracas capacidades institucionais e administrativas, falta de controle sobre as vastas fronteiras da RDC, bem como a ampla corrupção.

Uma grande parcela do setor de mineração da RDC consiste em mineração artesanal informal com fracas relações fiscais. O setor informal de mineração emprega entre 1 e 2 milhões de mineiros, que trabalham em condições extremamente difíceis, apoiando o sustento de cerca de 5 a 10 milhões de pessoas. As ligações fiscais com este setor informal de mineração estão severamente subdesenvolvidas.

As receitas fiscais também são baixas, em parte, porque não são cobradas, mas mesmo que uma grande parcela de receita não seja registrada ou mal reportada. Embora as taxas de imposto pareçam estar em conformidade com os padrões internacionais. Parece haver um consenso generalizado de que as lacunas fiscais, ou seja, as diferenças entre impostos reportados e recebidos, são consideráveis. O relatório de reconciliação EITI estimou um hiato fiscal de aprox. USD 22 milhões. O Banco Mundial (2008) estimou que, em 2005, o governo deveria ter recebido US\$ 200 milhões, mas apenas declarou USD 27 milhões conforme recebido. Uma Comissão do Senado estimou que o estado perdeu US\$ 450 milhões em receitas de mineração em 2008. Um problema crítico na RDC é que várias agências estão envolvidas na cobrança de impostos e, muitas vezes, não está claro qual órgão deve coletar quais recebimentos fiscais. Como resultado, as taxas de cobrança de impostos também variam substancialmente por impostos.

Além disso, a capacidade produtiva das empresas de mineração para estatal entrou em colapso em RDC durante as últimas décadas e a contribuição fiscal da GECAMINES, a única empresa ativa de mineração para estatal ativa é negativa com perdas estimadas de cerca de US\$ 15-20 milhões por mês. Essas perdas são particularmente impressionantes, dado que a GECAMINES recebe receitas consideráveis comparado com outras empresas de mineração.

O alcance para o aumento das receitas fiscais é, portanto, considerável. Alguns autores estimam que a tomada fiscal do setor representa menos de 20% do seu potencial 25

(Garrett 2010) e pode atingir um quarto das receitas do governo até 2020 (Banco Mundial 2010). Esse aumento poderia ser gerado pela melhoria da eficácia da cobrança de impostos. O governo reconheceu a importância de fortalecer a coleta de receita e está tomando medidas para melhorar a eficácia da cobrança de impostos do setor de mineração. As receitas do setor de mineração também podem ser aumentadas ao aumentar a produção mineira em geral. A atração de investidores do setor privado foi dificultada por uma variedade de fatores, incluindo um ambiente de negócios fraco e a situação de segurança volátil.

A RDC é um dos países mais pobres em relação ao investimento em mineração. O ambiente ilegal não é propício ao investimento em mineração, e as empresas públicas ainda possuem o terreno mais conhecido para a mineração. Como resultado, o setor privado recente levou a exploração de cobre e cobalto principalmente na forma de ventures com GECAMINES. Além disso o mapeamento geológico e o trabalho geofísico desde a independência foram limitados, impedindo a exploração e reduzindo a capacidade do governo de avaliar adequadamente o valor do seu depósito mineral.

Não só as receitas fiscais do setor de mineração são baixas, mas pouco foi investido. Conforme mencionado acima, o nível de investimentos públicos na RDC era de 9,6 por cento do PIB real em 2009 ou cerca de US \$ 28 per capita em dólares PPP constantes, perto do fundo das despesas de investimento público em outros estados frágeis. A maior parte das suas despesas de capital é financiada pelo exterior. Atkinson e Hamilton (2003), no entanto, acham que os países que escaparam da má gestão dos recursos usam aluguéis de recursos como fonte de investimento e não como fonte de despesa pública. Sachs (2007) e Collier et al (2009) argumentam fortemente que as receitas de recursos naturais devem ser gastas em ativos públicos (infraestrutura humana e física) com uma alta taxa de retorno social. Esta estratégia, no entanto, exige que os países invistam na sua capacidade de investir para identificar e implementar projetos de investimento público com altos retornos. (Ver a Lei 2009) A seleção de projetos com alto retorno, bem como sua implementação econômica é um desafio para qualquer governo, e a RDC enfrenta dificuldades particulares devido ao ambiente pós-conflito, aos défices institucionais e à ausência de Especialistas congolezes que poderiam supervisionar ou trabalhar como fornecedores.

A melhor esperança do país para canalizar as receitas de recursos naturais para a infraestrutura vem do recurso de vários bilhões de dólares do negócio de infraestrutura com a China (é um acordo estruturalmente similar com a Coreia). Esses acordos de recursos para infraestrutura podem superar os problemas de governança e inconsistência, bem como os estrangulamentos de habilidades, materiais e equipamentos que enfrentam o país na transformação de receitas de recursos em infraestrutura. Mas eles também trazem alguns riscos, incluindo muito pouco spillover doméstico na criação de demanda e emprego; uma grande imigração chinesa criando tensões raciais (como experimentado em alguns países africanos) e pouca transparência nos contratos que estão sendo negociados.

Além disso, enquanto a maioria dos custos operacionais e de capital pode ser pago a entidades estrangeiras, o governo pode influenciar muito como as minas gastam dinheiro dentro do país. As minas contribuem para a economia de muitas maneiras, não apenas através do pagamento de impostos. Sem impostos, muitas vezes excedem os benefícios fiscais. As minas devem pagar os custos de capital e de operação. As despesas de capital em construção, planta, infraestrutura e equipamentos são pagas aos empreiteiros e suprimentos. Os custos operacionais, como salários, consumíveis, peças sobressalentes, energia, água e serviços são pagos a funcionários, fornecedores, comunidades e outros. Devido aos efeitos multiplicadores, o montante que é gasto no interior do país tem um impacto ainda maior do que apenas a receita real gastada. O governo pode, por exemplo, exigir que a empresa invista no desenvolvimento da comunidade local ou pague impostos diretamente à comunidade afetada ou forneça infraestrutura regional em áreas remotas.

Embora o potencial da DRC para utilizar os recursos de mineração para o seu desenvolvimento possa ser enorme, o nível atual de riqueza natural per capita sugere que esses recursos devem ser usados de forma eficiente para garantir o caminho de desenvolvimento sustentável. Mas as receitas fiscais da RDC do setor de mineração são surpreendentemente baixas e o ambiente político não é favorável aos investimentos em mineração. Além disso, os recursos fiscais limitados são totalmente consumidos. Enquanto o setor de mineração contribuiu substancialmente para o crescimento da RDC nos últimos anos e provavelmente aumentou o bem-estar de milhões de pessoas que dependem disso, também está no centro das lutas políticas da RDC.

## CONCLUSÃO

Hoje, o RDC está na encruzilhada. Conseguiu taxas de crescimento consideráveis, durante a última década. Mas a sua situação econômica continua a ser frágil e a agenda de reforma inacabada é grande. A agenda de reformas, tal como descrita em 2001, continua a ser tão importante hoje como era então. Embora o governo tenha adotado passos corajosos, em particular no que se refere à liberalização dos preços e das taxas de câmbio, para que a economia fique em condições sólidas, a gestão dos recursos fiscais continua a ser uma preocupação fundamental. Os ciclos repetidos de derrapagens de políticas seguidas pelo aperto fiscal e monetário, combinados com um clima comercial muito hostil, corroem a confiança do setor privado na economia e restringem severamente o crescimento econômico.

A chave para aumentar o consumo futuro e, portanto o padrão de vida, reside no aumento da riqueza nacional ou na geração de poupanças genuínas positivas. Na RDC, a poupança do governo tem sido negativa durante a última década e o setor privado continua sendo pequeno. Para aumentar as economias, as políticas fiscais e monetárias devem visar a preservação da estabilidade da taxa de câmbio e dos preços. Conforme discutido acima, a hiperinflação da década de 1990 teve um impacto severo e duradouro na poupança e no crescimento doméstico. A domesticação da inflação no início deste milênio, que foi em grande parte o resultado de suspender a monetização do déficit fiscal, levou a uma recuperação do crescimento.

O aumento da poupança pública exigirá uma melhor mobilização das receitas fiscais, por um lado, e uma redução das despesas públicas, por outro lado. Esta redução deve ser acompanhada de melhorias na eficiência das despesas do setor público, com foco em setores prioritários como educação, saúde e infraestrutura. A fraca gestão dos recursos fiscais também impede a RDC de explorar as oportunidades que seus recursos minerais fornecem. Embora o setor de mineração tenha contribuído substancialmente para o crescimento da RDC nos últimos anos e provavelmente aumentou o bem-estar de milhões de pessoas que dependem disso, também está no cerne das lutas políticas da RDC.

Alguns progressos foram feitos em 2010 no melhor controle das despesas públicas. Além disso o “Plano Estratégico de Reforma das Finanças Públicas” que foi iniciado em 2010, promove etapas para aumentar a eficiência da despesa pública, através do fortalecimento dos procedimentos, capacidade e gestão dos recursos públicos. A poupança do setor privado também se beneficiaria de uma simplificação e redução de pressões fiscais indiretas que deveria ter entrado em vigor em 2012.

O alto nível de dolarização na economia também tem um custo (Kokenyne et al., 2010). Embora a sua introdução em 2001 tenha ajudado a restaurar a confiança, reduz a eficiência da política monetária, restringe o papel do Banco Central da RDC como credor de último recurso e enfraquece o papel de sinalização da moeda nacional. Também reduz a capacidade da economia da RDC de absorver choques externos, o que é agravado pelo fato de que o setor público constitui uma grande parte da economia não mineira. O Banco Central está atualmente considerando medidas para reduzir dolarização e planos, para emitir contas em moeda local com valores de face mais elevados no primeiro semestre de 2011. Ainda assim dado que a hiperinflação ainda está fresca na memória de muitos congolezes, preocupações foram expressadas a medida que a emissão dessas contas poderiam ser interpretadas por alguns participantes do mercado como um sinal de inflação e elevar as expectativas inflacionárias.

O impulso renovado da implementação de reformas estruturais em 2010 é encorajador. Os US\$ 12,3 bilhões em alívio da dívida que a RDC recebeu proporcionaram ao país uma oportunidade única. A dolarização da economia congoleza também coloca pressão sobre as reservas cambiais e priva o país de sua renda, segundo o Banco Mundial.

Recomenda-se que a RDC diversifique os setores de renda, ao mesmo tempo colocando em prática a infra-estrutura e habilidades para melhorar o desempenho nestas áreas. A RDC está enfrentando crise econômica e a crise é susceptível de ser sustentável, alertou o Banco Mundial (BM) em seu quarto relatório sobre o acompanhamento da situação econômica e financeira da RDC.

Entre os principais indicadores da crise, estão a revisão da taxa de crescimento da economia congoleza que caiu de 6,9% em 2015 para 2,5% em 2016, mas poderia reverter para 4,0% em 2017 e 5,2% em 2018, dado o esperado aumento nos preços das matérias-primas do país; a desaceleração econômica e a queda nas exportações reduziram a margem de manobra fiscal do país em um contexto de rigidez das despesas. As reservas cambiais caíram, levando a uma depreciação de um ano do franco congolês (CDF) em 26% ou seja 1550Fc para US \$1 e um aumento preocupante da inflação, que atingiu 11,24% no final de 2016 e o banco central congolês registra 67,985% para esse ano de 2017. Se o recente aumento do preço do cobre continua, o crescimento econômico poderia atingir 4,0% em 2017 e 5,2% em 2018.

“Esse crescimento, quando comparado com o crescimento da população da RDC, que é quase 3%, e obtém-se uma taxa de crescimento per capita de 0% ou menos”, diz Emmanuel Pinto, Chief Economist WB RDC. Uma situação que os prêmios das instituições de Bretton Woods, incluindo a adoção pela RDC de algumas políticas econômicas inadequadas. WB cita, por exemplo, a medida que proíbe a importação de cimento cinza de outros países. As principais causas deste déficit da economia congoleza incluem a queda dos preços das commodities e desaceleração da demanda da China, que sozinho consome 40% das exportações da RDC. Para isto deve ser adicionado a produção de cobre por suspensão Glencor por 18 meses, segundo o Banco Mundial no seu relatório.

Para remediar esta crise, sugerimos que a retomada dos programas de apoio da RDC por parte do FMI e do Banco Mundial continue para permitir ao país se beneficiar de apoio orçamental. Também é recomendado que o governo congolês reduza a despesa pública, aumente as receitas internas e reveja o seu código de mineração, busque a integração nacional começando pela força armada única protegendo as fronteiras, fortaleça a ANR (agência nacional de informação) e faça o projeto no Parlamento.

No entanto, a RDC continua a ser um país frágil e está se recuperando lentamente de mais de duas décadas de instabilidade política e econômica. Continua a enfrentar rebeliões que ameaçam suas instituições e a segurança da população.

As especificidades do país fornecem oportunidades de desenvolvimento econômico e social incomparáveis, mas também implicam enormes desafios em termos de segurança e paz, capacidade e autoridade do governo central, descentralização e governança política / econômica.

Mas os riscos paralelos são grandes, já que o país se prepara para as próximas eleições no final desse ano é que foi adiado por motivos político na tentativa de passar em cima ou driblar da constituição do país no início de 2016 e as expectativas são grande na realização e na convicção de que o país está realmente se adequando com uma democracia que nunca viveu ao longo desses 57 anos de tensões de segurança persistem.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antonio Licha, "Teoria da Política Monetária: Uma Abordagem a nível Intermediário", Federal University of Rio de Janeiro on 30 March 2016.

"As falsas teorias do déficit orçamental," *Empreender*, No. 10, 10 de junho de 2007, Kinshasa.

African Development Bank (200/2005). "African Economic Outlook". Disponível em : <https://www.oecd.org/dev/34871479.pdf>. (página 177).

Acesso em 14 de Março de 2017.

African Development Bank (2006). "African Economic Outlook". Disponível em: <https://www.oecd.org/dev/36746740.pdf>. (página 215).

Acesso em 14 de Março de 2017.

African Development Bank (2007). "African Economic Outlook". Disponível em : <http://www.oecd.org/dev/emea/38562481.pdf>. (página 209). Acesso em 14 de Março de 2017.

African Development Bank (2007/2008). "African Economic Outlook". Disponível em: <http://www.oecd.org/dev/emea/40577125.pdf>. (página 241). Acesso em 15 de Março de 2017.

African Development Bank (2009). "African Economic Outlook". Disponível em: [http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/AEO2009\\_EN.pdf](http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/AEO2009_EN.pdf). (página 388). Acesso em 15 de Março de 2017.

African Development Bank (2010). "African Economic Outlook". Disponível em: [http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/AEO2010\\_EN.pdf](http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/AEO2010_EN.pdf). (página 147). Acesso em 18 de Março de 2017.

African Development Bank (2011). "African Economic Outlook". Disponível em: [http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/AEO2011\\_EN.pdf](http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/AEO2011_EN.pdf). (página 166). Acesso em 18 de Março de 2017.

African Development Bank (2012). "African Economic Outlook". Disponível em: [http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/AEO2012\\_EN.pdf](http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/AEO2012_EN.pdf). (página 191). Acesso em 22 de Março de 2017.

African Development Bank (2013). "African Economic Outlook". Disponível em: [http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/AEO2013\\_EN.pdf](http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/AEO2013_EN.pdf). (página 213). Acesso em 22 de Março de 2017.

African Development Bank (2014). "African Economic Outlook". Disponível em: [http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/AEO2014\\_EN.pdf](http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/AEO2014_EN.pdf). (página 212). Acesso em 24 de Março de 2017.

African Development Bank (2015). "African Economic Outlook". Disponível em: [http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/AEO2015\\_EN.pdf](http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/AEO2015_EN.pdf). (página 293). Acesso em 24 de Março de 2017.

African Development Bank (2016). "African Economic Outlook". Disponível em: [http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/contentpdf/eBook\\_AEO2016.pdf](http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/contentpdf/eBook_AEO2016.pdf); (página 281 ). Acesso em 25 de Março de 2017.

\_\_\_AEO2016\_StatisticalAnnex.pdf. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/country-notes/congo-democratic-republic>. Acesso em 25 de Março de 2017.

African Development Bank (2017). "African Economic Outlook". Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/4117091e.pdf>. (página 255). Acesso em 25 de Março de 2017.

Banque Mondiale, (2010a), Building the Foundation: the promise and challenge of public infrastructure in the Democratic Republic of Congo, CEM Background Paper - (2010b), Contribution des villes à la croissance en RDC, chapitre du CEM, version préliminaire

- (2010d), Etude diagnostique sur l'integration du commerce, République Démocratique du Congo, Ministère du commerce, petites et moyennes entreprises

Chevallier, Jerome and Kai Kaiser, (2009), The Political-Economy of Mining Development in DRC, Paper prepared "Beyond the Resource Curse Harnessing Natural Resources for Development ", Oslo, September 9-10 [Nov 15th Delivery]

BANQUE CENTRALE DU CONGO, Informations générales sur la réforme monétaire, Cellule Technique pour la Réforme Monétaire (CETEREM), juillet 1998, p.6. 11 BANQUE CENTRALE DU CONGO, op. cit., p.1

Collier, Paul, F. van der Ploeg, M. Spence, A. Venables (2009) "Managing Resource Revenues in Developing Countries", IMF Staff Papers, forthcoming.

conferência Economic Forum sobre a volatilidade da inflação congoleza UNIKIN, coKINSHASA de 2011.

Diallo, Amadou Bassirou, Janine Mans and Abdallah Amici Welo (2010). "Skills and Employment in the Democratic Republic of the Congo: A Review of Recent Trends in the Labor Market." Background paper to the DRC Country Economic Memorandum.

Doemeland, Doerte, C. Briceno-Garmendia, A. Farah and J. Herderschee (2009) "Mining Concessions-for-Infrastructure: Chinese investment in the Democratic Republic of Congo (DRC", )mimeo

Economist Intelligence Unit (2009) "Democratic Republic of Congo",

Economist Intelligence Unit (2008) "Democratic Republic of Congo",

FIANI, Ronaldo. Teoria dos jogos: com aplicações em economia, administração e ciências sociais. Rio de Janeiro: Elsevier, 3. ed, 2009.

\_\_\_\_\_. Estado e economia no institucionalismo de Douglass North. Revista de economia política, v. 23, n. 2 (90), 2003.

\_\_\_\_\_. Crescimento econômico e liberdades: a economia política de Douglass North. Economia e sociedade, v. 11, n. 1 (18), pp. 45-62, 2002.

FONDS MONETAIRE INTERNATIONAL, «Note sur la situation économique en République démocratique du Congo», Le Potentiel, 20 mars 2000.

Garrett, Nicholas (2010). "Mining as a Source of Growth in the DR Congo." Background paper for the DRC Country Economic Memorandum.

Garrett, Nicholas (2008) "Mining as a Source of Growth in the DR Congo", mimeo.

Hamilton, Kirk and M. Clemens (1999) "Genuine Savings Rates in Developing Countries", The World Bank Economic Review, vol. 13(2), pp. 333-56.

Hartwick (1977) "Intergenerational Equity and the Investing of Rents from Exhaustible Resources", The American Economic Review, vol. 66, pp. 972-4.

International Development Association and International Monetary Fund (2010) "Democratic Republic of the Congo

– the Enhanced Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative Completion Point Document and Multilateral Debt Relief Initiative (MDRI)", Washington, DC.

International Development Association and International Monetary Fund (2003) "Democratic Republic of Congo – Decision Point Document for the Enhanced Heavily Indebted Poor Countries (HIPC)", Washington, DC.

International Monetary Fund (2007) "Democratic Republic of the Congo: Selected Issues and Statistical Appendix", IMF Country Report No. 07/329, Washington, DC.

International Monetary Fund (2005) "Democratic Republic of Congo: Selected Issues and Statistical Appendix", IMF Country Report No. 05/373, Washington, DC.

International Crisis Group (2006). "Escaping the Conflict Trap: Promoting Good Governance in the Congo." Africa Report No. 14 (July 20).

"Introdução à economia monetária e financeira," *Banco Central do Congo*, Kinshasa, 2011.

Kokenyne, Annamaria, J. Ley, R. Veyrune (2010) "Dedollarization", IMF Working Paper, WP/10/188, August 2010.

Kabila, Joseph, (2009), State of Union Speech, Nov

Kaiser, Kai (2009). The political economy of mining development in the DRC, draft working paper.

Kai Kaiser and Stephanie Wolters, (2009), Fragile States, Elites, and Rents in the Democratic Republic of Congo (DRC), Country Case of Study for North et. al. Developing Institutions in Limited Access Orders [Zero Draft Outline, January Delivery]

Kaiser, Kai, Jean Mabi Mulumba, Tony Verheijen, (2009), The Political-Economy of Decentralization in the Democratic Republic of Congo (DRC), Paper Prepared for "Obstacles to Decentralization: Lessons From Selected Countries" Andrew Young School of Policy Studies, International Studies Program, Georgia State University [First Draft, Pending Final Draft Delivery]

Keefer, Philip (2010). "Why follow the leader? Collective action, credible commitment and conflict." In Michelle Garfinkel and Stergios Skaperdas, editors, Oxford Handbook of the Economics of Peace and Conflict (forthcoming).

\_\_\_ (2008). "Insurgency and credible commitment in autocracies and democracies." World Bank Economic Review. 22:1, 33-61

\_\_\_ and Stuti Khemani (2005). "Democracy, Public Expenditures, and the Poor: Understanding Political Incentives for Providing Public Services." World Bank Research Observer. 20 (1): 1-28.

\_\_\_ and Razvan Vlaicu (2008). "Democracy, Credibility and Clientelism." *Journal of Law, Economics and Organization* 24:2, 371-406 (October).

L'ECONOMIE CONGOLAISE ET LA REFORME MONETAIRE DE JUIN 1998 par François Kabuya Kalala et Tshiunza Mbiye. Richard jaque fataki N'gbale - Mopakolami (2012), a Inflação e Receita Fiscal na RDC 1995-2011.

North, Douglass C., John Joseph Wallis and Barry Weingast (2009) *Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History*. In. Cambridge: Cambridge University Press.

NORTH, Douglass C. *Understanding the process of economic change*. Londres: Institute of Economic Affairs, 1999.

\_\_\_\_\_. *Economic performance through time*. *The American economic review*, v. 84, n. 3, 1994, pp. 359-368.

\_\_\_\_\_. *Transaction costs, institutions, and economic performance*. São Francisco: ICS Press, 1992.

\_\_\_\_\_. *Institutions*. *The journal of economic perspectives*, v. 5, n. 3, pp. 97-112, 1991.

\_\_\_\_\_. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Institutions and economic growth: An historical introduction*. *World Development*, v. 17, n. 9, 1989, pp. 1319-1332.

\_\_\_\_\_. *Institutions, economic growth and freedom: an historical introduction*. In: WALKER, M. (Ed.). *Freedom, democracy and economic welfare*. Vancouver: Fraser Institute, 1988. Reimpresso em PEJOVICH, Svetozar. *The economic foundations of property rights*. Cheltenham: Edward Elgar, 1988.

\_\_\_\_\_. *Transaction costs, institutions and economic history*. *Journal of institutional and theoretical economics*, Berlim, v. 140, pp. 7-17, 1984. [Reimpresso em FURUBOTN, Eirik G.; RICHTER, Rudolf (Ed.). *The new institutional economics: a collection of articles from the journal of institutional and theoretical economics*. College Station, Texas: A & M University Press, 1991].

\_\_\_\_\_. *Structure and change in economic history*. Nova York: W. W. Norton & Co., 1981.

\_\_\_\_\_.; THOMAS, Robert Paul. *The rise of the Western World: A new economic history*.

Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

\_\_\_\_\_.; WALLIS, John Joseph; WEINGAST, Barry R. Violence and social orders: a conceptual framework for interpreting recorded human history. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

\_\_\_\_\_.; WEINGAST, Barry R. Constitutions and commitment: the evolution of institutions governing public choice in seventeenth-century England. *The journal of economic history*, v. 49, n. 4, pp. 803-832, 1989.

Michael Bruno, "A inflação será que realmente retarda o crescimento?" *Finance & Development*, Setembro de 1995.

Mabi Mulumba Evariste, "Vingt Cinq ans D'evolution de l'Économie Congolaise (1990 – 2015)".

Peemans, Jean-Philippe (1997). *Crise de la modernization et pratiques populaires au Zaire et en Afrique* (Paris: Harmattan).

Putzel, James, Stefan Lindemann, Claire Schouten (2008). "Drivers of Change in the Democratic Republic of Congo: The Rise and Decline of the State and Challenges for Reconstruction, A Literature Review."

Development Studies Institute Working Paper No. 26, London School of Economics

Weiss, Herbert (2008). "Voting for Change in the DRC." *Journal of Democracy* 18:2, 138-161. World Bank (2009). *Democratic Republic of Congo: Diagnostic Trade Integration Study*. Young, Crawford and Thomas Turner (1985). *The Rise and Decline of the Zairian State* (Madison).

World Bank (2008) "Democratic Republic of Congo: Growth with Governance in the Mining Sector", No 43402-ZR, Washington, DC.

World Bank (2010) "The Changing Wealth of Nations – Measuring Sustainable Development in the New Millennium", Washington, DC.

World Bank (2010) "Project Appraisal Document (PAD): Growth with Governance in the Mineral Sector – Technical Assistance Project", No 53116-ZR, Washington, DC.

YAV, K.Y., «La réforme monétaire, une année après le lancement du franc congolais: des résultats mitigés», *Notes de Conjoncture*, n°32, juillet 1999, p.17. 13 BANQUE CENTRALE DU CONGO, op. cit., p.4.

**Anexo 1: Algumas Eventos Histórico da República Democrático do Congo**

**1960 – 2017**





**Tabela 1.1: Alguns Eventos Histórico da RDC, 1960 – 2017**

<b>Datas</b>	<b>Eventos</b>
1960, 30 de junho	Independência da RDC
1965	Joseph Mobutu conquista o poder pelo golpe militar
1965	O país é renomeado Zaire
1973 – 1974	Nacionalização de Empresas estrangeiras
1988	Crescimento e inflação moderada
1975	Falha nos pagamentos de empréstimos externos
1989 – 2001	Declínio do crescimento, a destruição da riqueza e da hiperinflação;
1991 e 1993	Saque na capital Kinshasa pelos militares que não recebiam o salário
1993 – 1997	Reformas Política e Econômica limitadas
1997	os rebeldes de Aliancia das Forças Democráticas pela Liberação do Congo (AFDL) – Zaire , toma a capital Kishasa, e, o país muda de nome de zaire para República Democrática do Congo e Laurent – Désiré Kabila torna-se Presidente
1998	Guerra civil e internacional, intervenção da Angola, República Centra africana, Namíbia, Ruanda Uganda e Zimbábue Criação da nova unidade monetária “ Franco Congolês”
1999	Assinatura de Acordo de cessar o fogo na Lusaka
2000	O conselho da segurança das Nações Unidas autorisa o envio das forças para manter a Paz (MONUC)
2001	O Presidente Joseph Kabila toma o poder devido ao assassinato do seu pais; retomada de compromisso com a FMI, O Banco Mundial e outros parceiros tradicionais
2002	Assinatura de Acordo global e inclusivo de paz
2002 – 2016	Voltar ao crescimento e a inflação sob controle.
2003	Adoção de uma constituição interina e o restirou das tropas estrangeiras
2005 – 2006	Adoção de uma nova constituição para Referendum Presidente e Parlamento democrática eleitos
2006 – 2008	Promulgação da Constituição; Insegurança contínuo no Norte -Kivu; assinatura de uma acordo” recursos contra infraestruturas” de 9 milhares de dolar US com China
Fim 2008	Crise Financeira e de segurança; busca de ajuda emergencial aos credores
Início 2009	tradicionais e relações diplomáticas bilaterais com Ruanda
2010	Cancelamento da dívida sob iniciativas PPTE e IADM de 12,3 milhares de dolar US
2011	Revisão dos procedimento eleitorais e outras( emendamento da constituição) Reeleição do Presidente Joseph Kabila
2012	Os Rebeldes do M23 ataca a cidade do Goma
2013	Fim da rebelião do Movimento de 23 do Março
2015	Mobilização da oposição contre o Presidente Joseph Kabila
2016	Manifestação, Nominção do primeiro ministro cuja oposição, Acordo para a saída da crise
Fim do ano 2016	Fim do mandato do Presidente Joseph Kabila
2017	Expectativa do ano para a realização das eleições

Fonte:Elaboração própria